

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais

CARLOS ALEXANDRE PRESTES BUENO

**ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS NACIONAL
DESENVOLVIMENTISTAS DOS GOVERNOS GETÚLIO VARGAS (1951-1954) E
JOÃO GOULART (1961-1964)**

Florianópolis, 2018

CARLOS ALEXANDRE PRESTES BUENO

**ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS NACIONAL
DESENVOLVIMENTISTAS DOS GOVERNOS GETÚLIO VARGAS (1951-1954) E
JOÃO GOULART (1961-1964)**

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador (a): Silvio Cário

Florianópolis, 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CARLOS ALEXANDRE PRESTES BUENO

**ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS NACIONAL
DESENVOLVIMENTISTAS DOS GOVERNOS GETÚLIO
VARGAS (1951-1954) E JOÃO GOULART (1961-1964)**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota 7,5 ao aluno Carlos Alexandre Prestes Bueno na Disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sílvio Antônio F. Cário

Prof. Marcos Alves Valente

Prof. Fábio Pádua dos Santos

Agradecimentos

Agradeço especialmente aos meus pais, que são o meu orgulho e em nenhum momento deixaram de acreditar na capacidade de seu filho e se esforçaram para que tudo ocorresse bem durante estes anos longe de casa. A minha mãe por estar sempre ao meu lado, por todo o carinho, amor e dedicação e por nunca ter me deixado fraquejar quando a saudade batia. Ao meu pai, por todo exemplo que me passou e por sempre ter me inspirado a continuar nos estudos.

Deixo registrado meu grande agradecimento pela minha esposa Terezinha que sempre me apoiou e me incentivou nos momentos mais difíceis e pela sua grande compreensão, e também pela minha filha Eloá, que mesmo recém-nascida, foi um dos motivadores a continuar e não desistir na reta final.

Quero agradecer aos meus professores da graduação, que me transmitiram um amplo conhecimento, em especial ao professor Silvio Cario, meu orientador, que me ajudou e muito neste trabalho. Deixo registrado também minha gratidão ao coordenador de monografia Prof. Helbert pela compreensão em nos dar um prazo um pouco maior para finalizar o trabalho.

Aos professores Marcos Valente e Fabio de Pádua, pela participação na banca examinadora e pelos conselhos que me transmitiram.

Ficam aí registradas ainda que de maneira tímida nas linhas acima, o meu reconhecimento da importância destas pessoas na minha formação moral, intelectual.

Um grande abraço a todos!

“É fato comprovado que o sistema econômico não anda sempre para frente de modo contínuo e sem tropeços. Ocorrem movimentos contrários, contratempos, incidentes dos mais variados, que obstruem o caminho do desenvolvimento.”

A teoria do desenvolvimento econômico

Joseph A. Schumpeter

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar historicamente a importância dos modelos nacional desenvolvimentista dos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de João Goulart (1961-1964). Utilizando metodologia de natureza descritivo-analítica em perspectiva histórica demonstra acontecimentos econômicos, políticos e sociais destes períodos, em que os modelos nacionais de desenvolvimento foram apresentados e sofreram resistência devido aos problemas que o país enfrentava, bem como interesses nacionais e internacionais diferentes. Vargas apesar de um modelo mais amplo com participação mais ativa de empresas estatais e do capital nacional, medidas consideradas nacionalistas, buscava, também, investimentos com o capital estrangeiro como complementar. Devido ao seu apelo nacionalista e populista, sofreu muita pressão da oposição e da imprensa, até que em 24 de agosto de 1954, se suicidou. Mas, sem antes ver projeto proposto não se concretizar, em grande monta devido a limitações do padrão de financiamento externo. Goulart teve um governo de muita resistência por partes da esquerda e da direita, seus principais projetos estavam contidos no Plano Trienal, que conjugava a busca da estabilidade e a implementação de reformas de base. Sem apoio político e com deterioração do quadro econômico, o Plano não se viabiliza. Em contínuo, esse governo acabou sofrendo um Golpe de Estado no dia 1 de abril de 1964, cujo governo militar se estendeu por 21 anos (1964-1985) no país. De toda a forma conclui-se que nos determinados momentos históricos tratados, buscou-se promover projetos nacionais desenvolvimentistas sem obter sucesso.

Palavras Chaves: Segundo Governo de Getúlio Vargas; Nacional-desenvolvimentismo; Governo de João Goulart; Plano Trienal; Reformas de Base.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Tema e problema de pesquisa.....	7
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 Objetivo Geral	9
1.2.2 Objetivos Específicos	9
1.3. Justificativa.....	10
1.4 Metodologia.....	11
1.4.1 Organização do trabalho.....	12
2. GOVERNO GETÚLIO VARGAS 1951-1954: DINÂMICAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS	13
2.1 Entre o Primeiro e o Segundo Governo de Getúlio Vargas: processo político	13
2.2 Segundo Governo Getúlio Vargas: plano econômico	17
2.3 Segundo Governo Getúlio Vargas: política econômica	23
2.4 Crise política e fim do Governo Vargas	33
2.5 Síntese dos acontecimentos políticos e econômicos do Segundo Governo de Getúlio Vargas.....	35
3. GOVERNO JOÃO GOULART 1961-1964: DINÂMICAS POLÍTICAS E ASPECTOS ECONÔMICOS	37
3.1 Breve histórico: da posse como Vice-Presidente a queda como Presidente.....	38
3.1.1 Período parlamentarista	41
3.1.2 Período Presidencialista.....	45
3.2 Políticas econômicas: principais medidas	47
3.3 Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.....	52
3.3.1 Dificuldades do Plano Trienal	57
3.4 Golpe de 1964 e o fim das reformas de base	60
3.5 Síntese dos acontecimentos políticos e econômicos no Governo de João Goulart	62
4. NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO: SEGUNDO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E GOVERNO DE JOÃO GOULART	64
4.1 Projeto Nacional Desenvolvimentista de Getúlio Vargas 1951-1954.....	64
4.2 João Goulart: do Plano Trienal e as Reformas de Base.....	70

4.4 Síntese do nacional desenvolvimentismo dos Governos Getúlio Vargas (1951-1954) e do Governo João Goulart (1961-1964).....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83

1. INTRODUÇÃO

Em 1951 com o retorno de Vargas ao poder, após a sua destituição em 1945, retorna-se o projeto de desenvolvimento nacionalista, porém não desprezando o capital financeiro internacional. Vargas busca investimentos principalmente nos Estados Unidos, porém diferente do período de seu primeiro governo, o mundo mudou muito depois da Segunda Guerra Mundial. A maior preocupação dos Estados Unidos era financiar a reconstrução da Europa Ocidental e do Japão. Seu governo foi marcado por instabilidade econômica e política, que culminou com seu suicídio em 24 de agosto de 1954.

Com a morte de Vargas, o presidente sucessor seria Juscelino Kubitschek (JK), que tinha uma visão de desenvolvimentista com maior presença de capital financeiro estrangeiro do que Vargas. Com sua política Juscelino Kubitschek (JK) acabou aumentando a inflação e a dívida externa do Brasil.

Seu sucessor foi Jânio Quadros, que durou pouco tempo no cargo, renunciando apenas alguns meses depois de assumir o cargo. Em seu lugar assume João Goulart, que primeiramente governou juntamente com o parlamento. Em 1963 assume como presidente e apresenta o Plano Trienal, um projeto nacionalista para desenvolver o país liderado pelo economista Celso Furtado. Além do plano Goulart tinha um projeto de reformas de bases, que acabou irritando muitos setores que sempre mantiveram o poder.

Em 1964 a situação ficou complicada, com crises econômicas, políticas e sociais. Outro fator foi sua guinada para a esquerda radical, o que irritou demais o exército, que no dia 1 de abril, destituiu o presidente Goulart de seu cargo.

Em ambos os governos ocorreram propostas de mudanças estruturais da economia brasileira. Propostas de mudanças que se implementadas provocariam maior desenvolvimento nacional com menor dependência do exterior. Porém, os contextos econômicos e políticos não foram favoráveis, levando a não concretizações dos objetivos propostos. Ao longo do tempo histórico que correu posteriormente na economia brasileira, algumas foram implementadas e outras geram discussão acadêmica se concretizadas, a estrutura econômica poderia ser outra.

Considerando esses aspectos, o presente estudo propõe-se a ressaltar a importância de estudar a história, como um condicionante para projetar o futuro. E, em particular resgatar acontecimentos importantes destes dois governos, seus projetos de desenvolvimento e suas

influencias nos projetos de desenvolvimento que seguiram no país.

1.1 Tema e problema de pesquisa

Desenvolvimento econômico é um tema de muito debate tanto no meio acadêmico, quanto político. Bresser-Perreira (2006) apresenta que o desenvolvimento econômico de um país é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade. Amartya Sen (1999), cujo nome está ligado à formulação do Índice de Desenvolvimento Humano, demonstra outra definição para assunto.

O desenvolvimento econômico tem origem em fontes teóricas e empíricas. A origem teórica estaria em autores como Adam Smith e Joseph Schumpeter; a origem empírica está ligada às problemáticas referentes ao desenvolvimento econômico, como a concentração de riqueza em minorias e a distribuição desigual da renda. As disparidades entre nações ricas e pobres restaram evidenciadas a partir do desenvolvimento econômico, da mesma forma que as desigualdades regionais foram salientadas mesmo dentro de países desenvolvidos. Nesta tentativa de conceituar desenvolvimento econômico, Celso Furtado (1968, p. 72) ressalta que “o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a”. Não basta apenas a nação crescer, mas também tem as questões sociais e a melhoria de vida das pessoas.

Sendo assim na tentativa de inserir o Brasil no bloco dos países desenvolvidos na década de 1950 e 1960, podemos destacar dois governantes (Getúlio Vargas e João Goulart). Vianna(1990) aponta Vargas como um líder com característica forte e muitas vezes controverso, já Abreu (2006) aponta que Goulart tinha um apelo mais nacionalista e social, às vezes taxado de fraco. O primeiro um político que sabia como ninguém lidar com as artimanhas do poder, um dos responsáveis pela Revolução de 1930, quando assume a presidência da República e governa com punhos de aço até 1945. Volta ao poder através do voto em 1951. O segundo já havia sido ministro do trabalho no segundo governo Vargas e duas vezes vice-presidente (Juscelino Kubitschke Jânio Quadros).

Segundo Brum (2008), Getúlio Vargas ao assumir novamente a presidência em 1951, tem como um dos pilares o forte apelo nacionalista, porém muitos críticos o consideravam um entreguista, ao fazer acordos para obter investimentos internacionais. Seu segundo governo (1951-1954) foi caracterizado por uma maior participação do Estado na economia.

Getúlio Vargas tenta uma reestruturação do Estado, criando novas agências voltadas para a formulação de políticas econômicas, e para continuar o projeto nacional desenvolvimentista das indústrias de base. Brum (2008) demonstra que muitas vezes Vargas foi considerado xenófobo em relação ao capital estrangeiro, porém, deve-se considerar que se movia por um difícil caminho entre autonomia e cooperação internacional. O Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, de março de 1952, é um exemplo disso. Por ele os Estados Unidos se comprometiam a fornecer equipamentos, materiais e serviços em troca de minerais estratégicos. Para Brum(2008) a estratégia nacional de desenvolvimento apresentada por Vargas, teve algumas características centrais: a prioridade ao capital nacional, a valorização do trabalho através da incorporação dos trabalhadores urbanos ao processo político, o uso do Estado para realizar poupança-forçada e investir nas áreas de infraestrutura, a política de substituição de importações, e a neutralização da doença holandesa.

Brum (2008) aponta que a situação política não era mais a mesma que durante o primeiro governo (1930-1945), Getúlio Vargas enfrentava grande instabilidade política e social, pressão dos mais variáveis setores fazia com que a situação ficasse cada vez mais difícil. Mesmo com um bom crescimento no setor industrial, a pressão dos opositores que temiam novamente a perpetuação de Vargas no poder e do outro lado a ânsia por mais reformas sociais, juntando a isso uma série de escândalos culminaram no seu suicídio no dia 24 de agosto de 1954, porém seu projeto nacional desenvolvimentista permaneceu até a década de 1980.

No governo João Goulart, Almeida (2010) demonstra que este tinha em seu histórico, mandato de vice-presidente, tendo mais votos do que o presidente Juscelino, em 1955. Assim como, reeleito para o cargo em 1960, assumia sendo vice de Jânio Quadros 1961. Este último, porém, renuncia em agosto de 1961, criando um grande impasse, pois João Goulart estava em visitando a China (comunista) na época e isso não agradou muito as forças armadas e nem uma parcela dos políticos brasileiros, que viam essa aproximação com países comunistas como uma afronta aos Estados Unidos. Ao retornar ao país João Goulart assume a presidência, porem o regime não era mais o presidencialismo e sim o parlamentarismo.

Segundo Abreu (1990), em 1962 João Goulart tenta implantar o Plano Trienal, desenvolvido pelo economista Celso Furtado, que tinha como um dos pilares inúmeras reformas econômicas que visavam combater a inflação e promover o desenvolvimento econômico nacional. Além do Plano Trienal, Goulart propunha inúmeras reformas estruturais, que desagradava grande parte dos políticos na época e eram vistas como de cunho “comunista”. Neste sentido, era visto com certas desconfianças pelas lideranças de esquerda

na época.

Seu projeto nacional desenvolvimentista, como aponta Brum (2008), entrava em choque com os interesses do capital estrangeiro. Mesmo não tendo o mesmo discurso (xenofóbico às vezes) de Vargas, Goulart pretendia fortalecer as empresas nacionais, e colocar o estado novamente como mentor do desenvolvimento nacional. Um dos grandes feitos de Goulart foi a criação do Ministério do Planejamento e a elaboração do Plano Trienal, que serviu de bases para as futuras ações dos governos posteriores na economia, principalmente durante o período militar (1964-1985).

Ambos os governos propuseram implantar com maior ou menor denodo, com características, algumas próximas, outras distintas, mas enfim projeto nacional de desenvolvimento. Buscavam implantar no país um padrão de desenvolvimento segundo os interesses nacionais. Revisitar estes projetos evidencia as características próximas e distintas e as limitações existentes para viabilizá-los é o objetivo principal dessa monografia, que tem como perguntas de pesquisa:

Quais foram os objetivos e as características apresentadas pelos projetos de desenvolvimento propostos pelo 2º. Governo de Getúlio Vargas e o governo de João Goulart?

Quais foram os fatores que levaram a inviabilização dos projetos de desenvolvimentos citados?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar e analisar os projetos de desenvolvimento propostos pelos governos Segundo Getúlio Vargas e João Goulart, bem como as condições políticas e econômicas limitadoras de viabilização na economia brasileira.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a). Analise do processo político e plano econômico do Segundo Governo de Getúlio Vargas.
- b). Apresentar aspectos políticos, dinâmica econômica e plano de desenvolvimento do Governo de João Goulart.
- c). Comparar ambos os modelos nacionais desenvolvimentistas, e analisar suas semelhanças, diferenças e limitações existentes para realização.

1.3. Justificativa

Estudar este período se faz necessário para entender todo um contexto histórico, político e econômico que teve como desfecho o suicídio de Getúlio Vargas (1954) e posteriormente, a queda do presidente João Goulart (1964) e um governo militar que permaneceu vigente até a década de 1980.

Logo, se faz necessário observar a tentativa de implementação de medidas governistas para o desenvolvimento da economia, e sua menor dependência em relação às principais potências da época. Vargas em seus discursos sempre dava ênfase à questão da soberania nacional, e ao mesmo tempo buscava financiamento para projetos desenvolvimentistas. Entre 1951 e 1954, Vargas cria a Petróleo Brasileiro S.A(Petrobrás), a Centrais Elétricas Brasileiras S.A(Eletrobrás) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Dessa forma, pela primeira vez na história do Brasil, uma burocracia moderna, uma tecno-burocracia pública bem qualificada passa a ter um papel importante na vida do país, passa a ser parte das classes dirigentes brasileiras.

O pacto nacional-desenvolvimentista de Vargas era uma ruptura com a antiga ordem oligárquica, mas era também um compromisso. Era natural, portanto, que contasse com a participação de setores da própria oligarquia. Como Ignácio Rangel (1957) observou, o pacto de Vargas contara com a participação da oligarquia agrária, dos proprietários de terra principalmente do Sul e do Nordeste voltados para o mercado interno que, no modelo primário-exportador, havia jogado um papel econômico secundário, mas um papel político relevante na medida em que, através do sistema coronelista, controlavam os votos dos pobres.

Bresser-Perreira (2012), por sua vez, demonstra que o nacional-desenvolvimentismo foi, portanto, um pacto político que teve como participantes quatro grupos (empresários industriais, elite político-burocrática, trabalhadores e militares). Mas foi também uma estratégia nacional de desenvolvimento bem-sucedida, que imprimiu uma taxa de crescimento econômico acelerada ao país e transformou uma economia agrícola em uma economia industrial, uma sociedade capitalista mercantil com traços pré-capitalistas em uma sociedade industrial, um Estado patrimonial em um Estado burocrático moderno. Dessa forma, Getúlio Vargas liderou a Revolução Industrial Brasileira, que, no final dos anos 1960, já se podia considerar completada.

João Goulart buscou implementar o Plano Trienal, desenvolvido pelo economista

Celso Furtado, que apesar do pouco tempo de planejamento (três meses apenas), se demonstrou um plano audacioso pelo momento que o país vivia. Apesar de seu fracasso, o Plano Trienal apontou temas de tal relevância para o país que foram novamente levantados nos governos militares da década de 1970, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1974. Os dois planos trazem como forte semelhança a ideia da substituição de importações de bens de capital para combater as crises internas e a dependência do exterior, assim como, o alto investimento em infraestrutura nos setores-chaves para o desenvolvimento (MOREIRA, 2011). Estas semelhanças deixam clara a necessidade de aprofundar a análise sobre o Plano de desenvolvimento adotado no governo de João Goulart, uma das propostas deste estudo.

1.4 Metodologia

O atual estudo apresenta-se como de natureza descritiva, propondo-se a analisar e avaliar por diferentes ângulos os acontecimentos político-econômicos do período 1951-1954 e 1961-1964 como também as suas consequências – medidas propostas e adotadas, isto a partir da análise já concebida sobre o tema por diversos autores. Segundo Gil (2002), este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento sobre a realidade, porque descreve a razão e o dos fatos e, sendo mais complexo e delicado, o risco de ocorrerem erros é maior. E um caminho para se chegar ao conhecimento é o método científico, um modo de indagar, questionar-se sobre o passado, buscar uma estratégia, um procedimento para chegar ao objetivo de conhecer um fato nos aspectos que nos interessam na análise (DIETERICH, 1999).

Este questionamento sobre os acontecimentos históricos do Brasil mostra-se necessário em face deste ajudar no processo de compreensão sobre a atual estrutura do país, dado que os acontecimentos recentes estão ligados aos desdobramentos ocorridos no passado, assim como, faz-se necessário entender este período para compreender o que nos levou a um governo militar em meados dos anos 1960 e que durou por duas décadas. Com a utilização, também, do método histórico, que se pode definir com base em Lakatos e Marconi (1991) da seguinte forma:

[...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Deste modo, o método de pesquisa para a busca do conhecimento científico é

qualitativo e histórico. O procedimento adotado para pesquisa é através de materiais bibliográficos impressos e em meio eletrônico. Nestes se enquadram livros, revistas/periódicos, artigos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e sites. E os principais autores estudados são: Moreira (2011); Abreu (1990); Souza (2008); Brum (2008); Lessa (1988); e Fonseca (2004), dentre outros, buscando compreender os fatos que delimitaram a história político-econômica do Brasil à época e suas implicações.

1.4.1 Organização do trabalho

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. Além do primeiro capítulo, onde se encontra a introdução, seguem-se o segundo capítulo. No segundo capítulo, analisa-se os fatos relacionados ao governo de Getúlio Vargas, a volta do projeto nacional desenvolvimentista, as disputas entre os movimentos nacionalistas e internacionalistas, e o papel destes dois movimentos no processo de desenvolvimento, no final do capítulo é abordado à questão das crises sociais e políticas durante o governo Vargas que culminaram no seu suicídio. No terceiro capítulo apresenta os acontecimentos políticos e econômicos associados ao governo de João Goulart, enfatizando a complicada situação política do seu mandato, a ideia de um plano desenvolvimentista que propunha a ruptura das estruturas (Plano Trienal) e as consequências de suas políticas que levaram ao processo de paralisação decisória no Congresso e a sua deposição. No quarto capítulo, a ênfase é a comparação entre os modelos nacional desenvolvimentistas de Getúlio Vargas e João Goulart, onde se apresenta as semelhanças e as diferenças entre os dois modelos, suas contribuições para o processo desenvolvimentista do Brasil e suas influências sobre o novo modelo desenvolvimentista adotadas no século XXI. E, por fim no quinto capítulo, fazem-se as considerações finais, enfatizando que em dois momentos da história econômica do Brasil, buscou-se construir um capitalismo com maior autonomia doméstica, em relação à posição de dependência junto aos principais países em que se encontra nos dias atuais.

2. GOVERNO GETÚLIO VARGAS 1951-1954: DINÂMICAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Este segundo capítulo aborda o segundo governo de Getúlio Vargas, com as políticas implantadas durante seu mandato e as medidas econômicas de desenvolvimento. Entretanto, Vargas apresentou um governo instável, ora de direita e ora de esquerda, o que levou ao desagrado de ambos os lados e o seu suicídio em agosto de 1954.

O capítulo, então, encontra-se dividido em cinco seções. Na primeira faz-se uma breve contextualização histórica, retrocedendo ao primeiro governo de Getúlio Vargas; e o processo político; no tocante da segunda apresenta o plano econômico nacional desenvolvimentista; terceira seção se desenvolve as políticas econômicas; na quarta seção apresenta-se a crise política no final de seu mandato, que culminaram com seu suicídio em 25 de agosto de 1954; e, por fim na quinta seção faz-se a síntese conclusiva.

2.1 Entre o Primeiro e o Segundo Governo de Getúlio Vargas: processo político

O movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República (1889-1930) originou-se da união entre os políticos e tenentes que foram derrotados nas eleições de 1930 e decidiram pôr fim ao sistema oligárquico através das armas. Após dois meses de articulações políticas nas principais capitais do país e de preparativos militares, o movimento eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, na tarde do dia 3 de outubro.

Em menos de um mês a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará ainda sob controle do governo federal. Finalmente, um grupo de militares exigiu a renúncia do presidente Washington Luís e pouco depois entregou o poder a Getúlio Vargas. Foi à vitória do candidato governista Júlio Prestes nas eleições de março de 1930, derrotando a candidatura de Getúlio Vargas, que era apoiada pela Aliança Liberal, que deu início a uma nova rearticulação de forças de oposição que culminou na Revolução de 1930. Os revolucionários de 30 tinham como objetivo comum impedir a posse de Júlio Prestes e derrubar o governo de Washington Luís, mas entre eles havia posições distintas quanto ao que isso representava e quais seriam as consequências futuras (Fausto, 1995).

Em outubro de 1930 um governo provisório é instaurado pelas forças armadas, que aguardavam a chegada de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Durante o governo provisório de Vargas, o país ainda enfrentava a crise de 1929 que afetou profundamente a economia brasileira. A queda do preço café, reduzido a 1/3 de seu valor entre 1929 e 1931, provocou uma redução dramática da capacidade de importar e das receitas fiscais, além de ameaçar de falência o mais importante setor econômico do país, a já endividada cafeicultura. De outro lado, a interrupção dos fluxos financeiros internacionais inviabilizava o financiamento da dívida externa dos governos federal e dos estados e até mesmo o pagamento dos juros, o que tinha repercussões negativas sobre a taxa de câmbio (FONSECA,2004).

Em junho de 1932 foi criada a Caixa de Mobilização Bancária (Camob), que deveria funcionar como mecanismo de proteção contra crises do sistema financeiro. No mesmo mês, a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil foi autorizada a trabalhar com títulos de longo prazo no financiamento da agricultura e da indústria. Contudo, a gravidade dos problemas enfrentados e acontecimentos políticos imprevistos tornaram esse curso insustentável. A Revolução Constitucionalista de 1932 e uma grande seca no Nordeste passaram a exigir pesados gastos governamentais, ampliando um já expressivo déficit (SKIDMORE, 1982).

Por fim, o governo promulgou a Lei do Reajustamento Econômico (Decreto nº 23.533, de 1º de dezembro de 1933), que previa o perdão de até 50% das dívidas dos cafeicultores junto a fornecedores e ao sistema financeiro. Além dessas medidas, com a criação do Instituto Brasileiro do Café, o governo federal voltou a ter uma política ativa de sustentação do preço do produto. Os déficits governamentais, a política para com a dívida da cafeicultura e a diminuição da capacidade de importar terminou por evitar uma crise de liquidez de maior gravidade, manteve de alguma forma a renda dos cafeicultores e trouxeram alguma proteção às atividades industriais, criando condições para uma razoável recuperação econômica (SKIDMORE, 1982).

A Revolução de 1932 constituiu de fato um importante marco no processo de depuração das elites. As mudanças dela decorrentes fizeram-se sentir inclusive no interior do próprio Exército. Como afirma Fausto (1995) o movimento de 1930, ao mesmo tempo em que projetou o Exército, de maneira decisiva do que na primeira República, no centro de poder nacional, expôs também uma organização marcada por numerosas clivagens. Foi diferenciada a participação de diversos escalões do exército. Mesmo com a derrota militar, os revolucionários, conseguiram impor algumas mudanças no governo provisório, como aponta Fonseca (1989). Com a aprovação da Assembleia Constituinte de 1934, Vargas permanece no poder e a promessa de novas eleições são transferidas para 1938, além da manutenção da

política de preços do café, o que beneficiava os produtores paulistas principalmente (FAUSTO, 1995).

No entanto as eleições de 1938 nunca aconteceram, com medo de não ser reeleito e perdendo apoio de políticos importantes como os governadores da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Getúlio com o apoio de Goes Monteiro e Dutra (generais que ganharam destaque na luta contra os revolucionários de 1932) apoiam o Golpe de Estado de 1937, com a criação da ameaça comunista e alguns motivos que levaram ao fechamento do congresso(FAUSTO, 1995).

O Estado Novo foi um período autoritário da nossa história, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares. A quarta constituição da história brasileira, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, no mesmo dia em que, por meio de um golpe de Estado, era implantada no país a ditadura do Estado Novo (FAUSTO, 1995).

A essência autoritária e centralista da Constituição de 1937 a colocava em sintonia com os modelos fascistas de organização político-institucional então em voga em diversas partes do mundo, rompendo com a tradição liberal dos textos constitucionais anteriormente vigentes no país. Sua principal característica era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Do ponto de vista político-administrativo, seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores. Aos interventores, por seu turno, cabia nomear as autoridades municipais(FAUSTO, 1995).

A intervenção estatal na economia, tendência que na verdade vinha desde 1930, ganhava força com a criação de órgãos técnicos voltados para esse fim. Ganhava destaque também o estímulo à organização sindical em moldes corporativos, uma das influências mais evidentes dos regimes fascistas então em vigor (FAUSTO,1995).

A política econômica do Estado Novo, conduzida pelo ministro da Fazenda Sousa Costa, caracterizou-se por um forte intervencionismo estatal. Foi o tempo da negociação da dívida externa e da criação de conselhos regulatórios nas áreas de finanças, comércio e recursos energéticos, como o Conselho Nacional do Petróleo ou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Foi também o tempo da entrada do Brasil na guerra e da criação de um órgão de planejamento integrado chamado Coordenação da Mobilização Econômica. Se a guerra, de um lado, criou dificuldades impondo limites à importação, de outro, conduziu à retomada do crescimento, estimulando a industrialização (FONSECA, 2004).

O Estado foi gradativamente assumindo a responsabilidade pela produção de alguns insumos básicos, como parte do esforço de guerra ou movido por uma visão mais estratégica acerca do futuro desenvolvimento do país. Nos primeiros anos da década de 1940, foram sendo criadas as primeiras grandes empresas estatais brasileiras. Em 1940, assistiu-se à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em decorrência de acordo com os Estados Unidos. Em 1942, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração das jazidas de ferro de Minas Gerais. Em 1943, foi à vez da Companhia Nacional de Álcalis, para a produção de soda e barrilha, e da Fábrica Nacional de Motores (FAUSTO, 1995).

Por fim, em 1945, foi constituída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com vistas ao abastecimento de energia elétrica para o Nordeste do país. Boa parte das iniciativas governamentais mencionadas só teria sua completa realização em períodos bem posteriores. Assim, a produção de petróleo só experimentaria um real crescimento após 1946, e a primeira refinaria somente entraria em operação em 1947-48. A Companhia Nacional de Álcalis teria de esperar o final dos anos 50 para iniciar operação efetiva. Já a Fábrica Nacional de Motores não sobreviveu como projeto empresarial. Entretanto, o sentido das transformações esboçadas - forte participação estatal no estímulo ao crescimento industrial - iria marcar profundamente o desenvolvimento do país nas décadas seguintes (FAUSTO, 1995).

Para o Estado Novo, a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados teve efeitos contraditórios. De um lado, o regime ganhou tempo. O estado de guerra representava um bom argumento para o governo adiar por tempo indeterminado a consulta popular que deveria validar a Constituição de 1937. De outro, a opção por lutar contra o nazi-fascismo colocou em xeque a manutenção de uma ditadura no país. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo decorrente dessa contradição para retomar a iniciativa. Foi nesse quadro de redefinições que o Estado Novo entrou em crise e finalmente caiu em dia 29 de outubro, Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército e, declarando publicamente que concordava com a deposição, retirou-se para São Borja, sua cidade natal. No dia seguinte, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a presidência da República, para transmiti-la, em janeiro de 1946, ao candidato vitorioso nas eleições, Eurico Dutra (FAUSTO, 1995).

O mandato de Eurico Dutra contava com forte apoio de Getúlio Vargas e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), porém sua aproximação com as alas mais conservadoras do Partido Social Democráticas (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), faz com que Vargas e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) rompam com seu governo ainda em 1946, logo após a pasta do Ministério do Trabalho ser entregue a União Democrática Nacional

(UDN), rivais históricos de Vargas e sua política nacionalista de desenvolvimento (SOUZA, 2008).

Com a deposição em outubro de 1945, Vargas se retira temporariamente em São Borja, porém logo é chamado para apoiar o candidato Dutra, que promete apoiar o projeto do Partido dos Trabalhadores Brasileiro (PTB) criado por Vargas e com a promessa que caso Dutra fosse eleito este partido comandaria a pasta do Ministério do Trabalho. Fonseca (1989) aponta como o apoio de Vargas a Dutra foi essencial para a vitória deste último contra os candidatos da União Democrática Nacional (UDN), e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Porém esta aliança não dura muito tempo e a aproximação do Governo Dutra com a ala conservadora da UDN e do PSD, faz com que Vargas passe para a oposição e entre em cena novamente no cenário político. Primeiramente é eleito para a assembleia que elaboraria a nova constituição do país. Mesmo quase não participando da sua formulação. A partir de 1948, Vargas começa a viajar pelo país criticando as medidas adotadas por Dutra e iniciando sua pré-campanha a candidato pelo PTB (FONSECA, 2004).

Além dos ataques aos conservadores da UDN e da ala do PSD, em suas viagens pelo interior do país Vargas se anunciava como o único representante da classe trabalhadora, como aponta Fonseca (1989), em seus discursos Vargas atacava o PCB, como partido da elite e não como representante do povo. Apesar das contradições em relação aos partidos políticos, pois para Vargas estes partidos eram apenas representados por uma minoria e não davam vez ao povo, ele mesmo era um dos principais fundadores do PSD e do PTB.

Durante a campanha eleitoral para as eleições de 1950, seu maior inimigo era a imprensa conservadora liderada por Lacerda, que seria um dos responsáveis mais tarde pela queda do segundo governo de Vargas. Mesmo com o temor de um novo golpe (este anunciado por Lacerda em sua coluna), Vargas é eleito presidente do país com a promessa de uma política nacional desenvolvimentista, com forte apelo à modernização da agrícola e da indústria nacional (FONSECA, 2004).

2.2 Segundo Governo Getúlio Vargas: plano econômico

Segundo Fonseca (2004), “O retorno de Vargas ao poder no início de 1951 representou afirmação de um projeto, claramente exposto na campanha eleitoral pelo então candidato, centrado na industrialização e na modernização agrícola, tendo como ênfase a produção para mercado interno e no qual se reservava ao Estado importante papel de articulador, estimulador”. Conforme observado neste contexto a opção desenvolvimentista do

governo era afirmada em quase todas as oportunidades no discurso presidencial e, com menos intensidade, no de seu Ministro da Fazenda, Horácio Lafer; não raro, permeavam-no apelos nacionalistas e favoráveis à melhoria na distribuição de renda. Não havia, entretanto, objeções maiores ao capital estrangeiro: a exemplo da implantação da grande siderurgia à época do Estado Novo, com capital e tecnologia estrangeiros, entendia-se que estes seriam bem-vindos ao país. Em julho de 1951 foi instalada a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, a qual deveria fazer um diagnóstico da economia brasileira e propor um conjunto de projetos de desenvolvimento, a ser financiado pelo BIRD e pelo Eximbank, ao mesmo tempo em que possuía um discurso nacionalista, Vargas demonstrava que aceitava os investimentos estrangeiro para ajudar no seu projeto nacional-desenvolvimentista.

Desde que começou a projetar sua candidatura em âmbito nacional para o cargo de chefe máximo do país, o qual ocupara durante 15 anos, em sua maior parte sob um regime ditatorial, Getúlio já se inclinava a defesa de ideias tidas como nacionalistas e socialdemocratas, conforme se verifica nas palavras de Rômulo Almeida (2004, p. 129): “O então senador Getúlio comprometeu-se nessa campanha (1950), com uma plataforma que sinteticamente se poderia denominar de emancipação econômica e social, trabalhismo e nacionalismo”. Para Fonseca (1997): “Dois temas foram centrais, em suas muitas dezenas de discursos: o nacionalismo e a reforma social”. Desta forma, pelo menos durante a campanha os discursos de Vargas demonstraram claramente as intenções nacionalistas do seu pretense governo. Getúlio defendia então, entusiasticamente em seus comícios que o desenvolvimento econômico era condição *sine qua non* para a conquista da autonomia nacional. Segundo Fonseca (1989), a proposta de desenvolvimento econômico getulista, encampada durante a campanha para a presidência da república, baseava-se em quatro pilares principais: avanço da industrialização, formação das indústrias de base, diversificação econômica e subordinação dos capitais estrangeiros aos interesses estratégicos nacionais.

Neste ínterim, em face ao conteúdo polarizador dos discursos varguistas, avolumaram-se os debates em torno da temática nacionalista. Segundo Skidmore (1982), as discussões sobre o tema giravam em torno de três correntes de pensamentos principais: o modelo nacional-desenvolvimentista; o modelo nacionalista-radical e o modelo neoliberal. No que concerne as ideias defendidas pelos ideólogos do nacional-desenvolvimentismo, estas se aglutinavam em torno da defesa intransigente da necessidade imperativa de continuidade do processo de industrialização, afim de que dessa maneira, o Brasil pudesse suplantear o estágio material em que se encontrava, passando de uma economia predominantemente agrária e arcaica para outra fase, onde está seria industrializada e moderna. No entanto, sustentavam os

nacional-desenvolvimentistas, em face à situação periférica do nosso país, a livre atuação das forças de mercado seria por si só incapaz de promover a modernização da economia. Sendo assim, era impreterivelmente necessário para que tal homérico empreendimento lograsse êxito, que o Estado Nacional fosse alçado à posição incontestada de promotor e planejador do desenvolvimento nacional.

Por conseguinte, o Estado atuaria diretamente na economia, como regulador e produtor, através do aparato institucional e sob a forma de empresas estatais e de economia mista sob a prerrogativa de romper os pontos de estrangulamento e assegurar os investimentos em áreas em que faltasse ao setor privado nacional, a iniciativa ou os recursos para atuar em setores ainda carentes de empreendimentos. Quanto ao papel do capital estrangeiro neste modelo, este era aceito, mas desempenhando uma função secundária na economia nacional, devendo subordinar-se aos interesses estratégicos nacionais, por meio de uma regulamentação criteriosa por parte das autoridades brasileiras (SKIDMORE,1982).

No que tange ao posicionamento ideológico segundo Skidmore (1982), os nacionalistas radicais, estes associavam o subdesenvolvimento brasileiro a um pacto tácito existente entre os agentes econômicos privados nacionais e internacionais e os governos capitalistas dos países desenvolvidos, o qual relegava ao Brasil o papel de eterno país exportador de commodities e importador de manufaturas. Por conseguinte, a proposta destes pretensos radicais para a superação desta conspiração internacional que condenava a nação a uma condição periférica no comércio mundial, se baseava quase que exclusivamente na necessidade de rompimento unilateral do Brasil com o restante dos países do bloco capitalista e na posterior formação de uma autarquia econômica nacional, a qual permitisse a internalização das condições materiais para o desenvolvimento econômico e social.

No outro extremo do espectro político-ideológico, encontrava-se a fórmula neoliberal, cujas bandeiras se manifestavam na defesa intransigente dos mecanismos de mercado e na apologia as ideias ricardianas consubstanciadas pela lei das vantagens comparativas. Para os neoliberais, o receituário a ser seguido era simples: estado mínimo, orçamentos equilibrados, emissões controladas, combate à inflação e forte estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros.

O nacional-desenvolvimentismo de Vargas deparava-se em um paradoxo: diminuir a dependência econômica por meio da instalação de indústrias de bens de produção nacionais, mas financiadas, sobretudo com capital estrangeiro (AREND,2009).

A contradição da estratégia de desenvolvimento do segundo governo Vargas é bem retratada por Fonseca (1989), conforme a citação a seguir:

“Autonomia significava, por certo, industrialização, indústrias de base,

disciplina ao capital estrangeiro [...]. Autonomia significava a possibilidade de levar adiante o projeto de desenvolvimento econômico e não ceder a pressões externas destinadas a obstá-lo ou dificultá-lo. Assim, conviveram, no mesmo discurso e por mais paradoxal que possa parecer, a independência nacional, o nacionalismo e a atração de capitais externos” (FONSECA, 1989, p. 412).

Como bem retrata Fonseca (1989), Vargas apelava à autonomia e à independência econômica do país, mas isso não deve ser entendido como a busca da autarquia ou o fechamento para o mundo exterior. Autonomia e independência significavam a possibilidade de governo e classes dominantes locais levarem adiante um processo de industrialização com o mínimo de interferência externa contrária à sua efetivação. (FONSECA, 1989, p. 424-25). Segundo Draibe, “[...] pode-se dizer que o projeto de industrialização varguista conferiu à grande empresa estatal um papel nuclear, nas áreas novas de inversões, responsáveis por fortes impactos dinâmicos sobre a empresa privada nacional. ” (DRAIBE, 2004, p. 184).

Cabe ressaltar que a estratégia desenvolvimentista de Vargas assemelhava-se ao ideário cepalino ao dar primazia à ajuda externa na forma de empréstimos por intermédio de agências oficiais. Vargas concebia os recursos da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU) dentro dos termos do Plano Marshall. À semelhança dessa estratégia, os escritos iniciais de Prebisch enfatizavam que o estrangulamento externo, em face da constante necessidade de importações de bens de capital, poderia ser amenizado por meio da cooperação das entidades internacionais de empréstimo. Segundo Bielschowsky (2000, p. 31), Prebisch, já no final da década de 1940, mostrava precaução sobre a ideia de que o estrangulamento externo pudesse ser amenizado com o estímulo a entrada de capitais estrangeiros privados. Apesar de defender esse estímulo, chamava a atenção para o perigo da expansão dos passivos externos e para o peso de seu serviço no longo prazo, pois seria mais prudente ampliar o financiamento por meio de agências oficiais.

Assim, o governo Vargas, diante da necessidade de poupança externa para fazer valer sua estratégia desenvolvimentista, dava primazia a seu ingresso na forma de empréstimos e financiamentos de agências públicas, em detrimento de investimentos estrangeiros diretos privados. Estes últimos não eram “barrados”, mas seu ingresso dependia de sua “essencialidade” perante a estratégia requerida (AREND, 2009).

O ano de 1953 seria marcado pela radicalização política e com a exaltação dos ímpetus nacionalistas com a campanha pela nacionalização do petróleo, que resultou na criação da PETROBRAS. Por outro lado, a vitória do republicano Eisenhower para a presidência dos EUA contribuiu para acirrar ainda mais os sentimentos antiamericanos, ao descomprometer-se

com o financiamento acenado por ocasião da instalação da Comissão Mista Brasil-EUA, causando profunda irritação no governo brasileiro (FONSECA,2004).

Vargas, neste momento, em parte estimulava a onda nacionalista e em parte parecia dela distanciar-se, numa postura oscilatória que parecia querer repetir a barganha para a construção da siderurgia durante o Estado Novo, em que os Estados Unidos acabaram cedendo. Mas o contexto internacional era outro: o mundo capitalista já não mais estava dividido, com a derrota do Eixo, e a política norte-americana priorizava a reconstrução europeia e japonesa, firmando-se como potência hegemônica e liderando a Guerra Fria. Sendo assim Vargas, não tinha mais garantias de barganhas com mercado financeiro internacional (FONSECA,2004).

A respeito da forma de financiamento do projeto desenvolvimentista, os recursos para a concretização dos projetos contariam, principalmente, com fontes externas, por meio de recursos fornecidos pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Export-Import Bank (Ex-Im Bank). O programa de dispêndio formulado era equivalente a US\$ 387,3 milhões, em moeda estrangeira, além de Cr\$ 14 bilhões, a serem aplicados nos projetos indicados na Tabela 1. Projetava-se a modernização de diversas linhas férreas, portos, navegação de cabotagem e expansão da capacidade de geração de energia elétrica. Também, a rubrica “diversos” incluía a importação de equipamento agrícola, a construção de silos e implantação ou expansão de algumas instalações fabris. (Baer,1966). Foram elaborados 41 projetos, 36 dos quais na área de transportes e energia.

Tabela 1 -Distribuição dos investimentos, em moeda estrangeira e nacional, da estratégia de desenvolvimento do Segundo Governo Vargas, Brasil 1951-1954 (%)

	Investimento em moeda estrangeira (%)	Investimento em moeda nacional (%)
Ferrovias	38	55
Rodovias	2	-
Construção de Portos	9	5
Navegação de Cabotagem	7	3
Energia Elétrica	34	33
Diversos	10	4
	100	100

Fonte: BAER, 1966, p. 64.

Havia visivelmente uma preferência pelo financiamento externo público, isso porque ele abria ao governo brasileiro a possibilidade de decidir sobre o uso dos fundos, além de ser um complemento em divisas indispensáveis ao investimento estatal na área de infraestrutura. “Em suma: na medida em que se privilegiava o empréstimo público em moeda, definia-se como complementar e sujeito a controle o papel adscrito à empresa estrangeira no

desenvolvimento industrial. ” (Draibe, 2004, p. 183). Segundo Bastos (2006), muito da vulnerabilidade do projeto econômico de Vargas estava em sua incapacidade de concentrar recursos financeiros e fiscais internos a uma escala que pudesse reduzir a dependência em relação a fontes estrangeiras instáveis. Para esse autor, a existência de um Congresso Nacional conservador o empurrou, desde o início, para uma estratégia “cooperativa” de obtenção de recursos externos. Como Vargas não controlava diretamente as decisões que dependiam de agentes políticos externos (mas tampouco poderia contar com um Congresso que aprovasse grandes reformas fiscais e financeiras internas que diminuíssem a dependência de recursos externos), o projeto estava sujeito a condicionamentos políticos externos que podiam ser revertidos subitamente (BASTOS, 2006).

Fonseca (1989) retrata a forma como o segundo governo Vargas pretendia associar-se ao capital internacional para fazer valer sua estratégia de desenvolvimento. Também, mostra que existia uma pressão por parte de empresas estrangeiras para a liberalização do ingresso de capitais externos para setores industriais da economia brasileira com maiores potenciais de expansão. A citação a seguir elucida sobre como a estratégia de desenvolvimento de Vargas procurava disciplinar setorialmente a participação do capital estrangeiro.

Vargas deixava clara a intenção de não romper com os Estados Unidos, mas afirmava a disposição de regulamentar o capital estrangeiro e a remessa de lucros muito além das expectativas norte-americanas. As inversões estrangeiras deveriam direcionar-se às áreas definidas pelo governo como prioritárias, e julgava inoportuno assegurar às indústrias de fora as mesmas vantagens concedidas às nacionais; desta forma, não havia razão para atrair capitais para os ramos de bens de consumo e/ou supérfluos, os quais não poderiam gozar “do mesmo tratamento dispensado às inversões aplicadas na exploração de energia elétrica, da indústria química de base, na siderurgia, etc.”. Aos Estados Unidos, entretanto, é de se esperar que pouco fosse atraente financiar infraestrutura de um país no qual sua iniciativa privada não poderia ingressar, ou encontrava inúmeras barreiras para expandir os investimentos ou negociar com as matrizes – ainda mais com a “ameaça” nacionalista. Exatamente o ramo tido como mais atraente, com maiores potencialidades de expansão e, por certo, de taxas de lucro mais promissoras – o de consumo durável – era considerado supérfluo no discurso oficial. Aos Estados Unidos não interessava o “redirecionamento dos investimentos” aos moldes adotados pelo governo brasileiro (FONSECA, 1989, p. 411-12).

Percebe-se, pela citação, que Vargas não rechaçava o capital estrangeiro, mas tentava coibir abusos. O governo desejava atrair investimentos externos para setores que considerava básicos, como os de infraestrutura, sobretudo, transporte e energia. Nos setores de bens de

consumo popular ou nos que o governo considerava supérfluos, Vargas não via razão para a concessão de privilégios às empresas de capital estrangeiro, em prejuízo do setor nacional. Do lado norte-americano, considerava-se pouco atraente investir na infraestrutura brasileira, quando seu capital sofria restrições nos setores de seu interesse prioritário (VIZENTINI, 1995).

Portanto, o ideário varguista buscava associação ao capital estrangeiro, mas, principalmente no que confere aos fluxos de investimento direto privado, colocava-os em uma posição subordinada em sua estratégia de desenvolvimento. Isso pode ser compreendido pela análise do marco institucional arquitetado no período, que indica a maneira intervencionista de submeter os capitais externos à lógica da acumulação nacional (ARENDA, 2009).

2.3 Segundo Governo Getúlio Vargas: política econômica

O maior problema vinha do lado da inflação cujo índice, medido pelo IGP-DI, apresentava uma trajetória ascendente, atingindo 12,4% em 1950, conforme Tabela 2. Vinha à tona, então, o problema de como compatibilizar as propostas desenvolvimentistas alardeadas pelo governo com as taxas inflacionárias em aceleração (FONSECA, 2004).

Tabela 2-Inflação no Brasil no período de 1948-1954 (%)

Ano	Inflação %
1948	7,97
1949	12,29
1950	12,41
1951	12,34
1952	12,72
1953	20,51
1954	25,87

Fonte: IPEADATA.-elaboração própria

O ano de 1951 marca esta postura francamente voltada à estabilidade. A Mensagem Presidencial de Vargas enviada ao Congresso Nacional na abertura do ano legislativo faz menção, em várias passagens, ao projeto maior de desenvolvimento econômico com justiça social; mas inequivocamente surpreende ao salientar que, de fato, se tinha "pouco a dividir" e que se deveria impedir que "uma distribuição insensata venha prejudicar o potencial de capitalização necessário ao desenvolvimento econômico geral e, assim, à criação de maiores e mais amplas oportunidades de emprego e salários" (Vargas, 1951). Na mesma mensagem Vargas expõe crítica áspera ao governo anterior, do general Dutra, responsabilizando-o pela

emissão de moeda irresponsável e pelo déficit público, cuja solução, então enfaticamente defendida, passava por "medidas rigorosas de compressão de despesas" e aumento de arrecadação.

Mas esta postura não se restringiu ao plano das ideias e do convencimento retórico, materializando-se em políticas que resultaram na queda de 3% do investimento público em 1951, com relação ao ano anterior, e na retração expressiva da participação governamental na formação bruta de capital fixo, de 28,4% para 20,3%, no mesmo período. A arrecadação em 1951 cresceu em termos reais e a despesa diminuiu, possibilitando a obtenção de um superávit (FONSECA, 2004).

Apesar dos esforços da equipe econômica, o ano de 1952 não apresentou o mesmo desempenho. O comprometimento do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, com o programa de estabilização, não impediu a expansão do crédito, em parte para cobrir os débitos em divisas dos importadores. O balanço de pagamentos começou a apresentar problemas decorrentes de um conjunto de motivos, que vai desde o afrouxamento das concessões para obter licenciamentos para importar, adotado pelo governo no ano anterior como um dos instrumentos de combate à inflação, até a retração do comércio mundial com a Guerra da Coreia e uma crise internacional na indústria têxtil algodoeira (o algodão era o segundo produto da pauta de exportações), sem contar a própria sobrevalorização do cruzeiro (VIZENTINI, 1995).

Fonseca (2004) acrescenta ainda que se seguiram medidas de afrouxamento, como a expansão das dívidas dos estados, municípios e Distrito Federal e a percepção das autoridades de que o aumento de arrecadação do ano anterior dificilmente ocorreria sem alterações mais profundas na estrutura tributária, inviáveis de entrar em vigência no mesmo exercício. A pressão por gastos públicos e por aumentos salariais em várias categorias já se fazia sentir com intensidade. A arrecadação em termos reais permaneceu quase a mesma do ano anterior e as despesas aumentaram.

No tocante ao mercado externo, depois de um período de liberalidade das importações, no início do pós-guerra, com câmbio fixo e sobrevalorizado – o que favorecia as importações e desestimulava as exportações, por desvalorizar os ganhos dos exportadores quando estes eram trocados por cruzeiros – o Brasil apresentou problemas em seu balanço de pagamentos e readotou, em fevereiro de 1948, a política do contingenciamento das compras externas pelo sistema de licenças prévias, que havia vigorado durante a guerra. Por este modelo, o governo exerceria um controle qualitativo e quantitativo sobre as importações, pois somente poderiam ser comprados, no exterior, bens para os quais o importador recebesse autorização da União,

através da Cexim(VIZENTINI, 1995).

Além disso, Vizentini(1995) mostra que se dava prioridade aos produtos essenciais (como as compras do governo, combustíveis, trigo, remédios, etc.) e àqueles que não tivessem similares no país.

O começo do governo Vargas, contudo, vai corresponder a uma melhoria no balanço de pagamento, especialmente devido à recuperação do preço do café no ano de 1950. Aliou-se a isso o início da Guerra da Coréia, que gerou entre as autoridades brasileiras o receio de um grande conflito militar – envolvendo EUA e URSS – e, com isso, a possibilidade de um futuro encarecimento ou mesmo escassez de insumos e bens no mercado mundial. A consequência foi à decisão de se utilizar os saldos comerciais acumulados na compra de equipamentos e insumos que corressem o risco de escassear ou ter seus preços excessivamente elevados, no caso de um novo confronto de dimensões globais. Essas medidas favoreceram enormemente o setor industrial brasileiro: a maior liberdade para a importação de máquinas, equipamentos e insumos industriais, aliada aos limites à compra no exterior de bens de consumo, permitiu ao setor de manufaturas investir na ampliação da sua capacidade produtiva e contar com um mercado interno aquecido e em expansão(VIANNA 1987).

Porém, a partir de 1951, o país passou a sofrer significativa queda nas exportações (em torno de 20%) e, conseqüentemente, teve o retorno dos atrasos comerciais – que atingiram a casa dos US\$ 610 milhões, em 1952 – e dos saldos negativos no balanço de pagamentos (VIANNA 1987).

Para contornar a dificuldade, em agosto de 1951, as autoridades monetárias recomendaram que a Cexim se tornar as concessões de licenças mais restritivas, Huddle (1964). Mas a ação mais contundente veio por parte do presidente Vargas, que fez duras críticas ao excesso de retorno de capitais, pelo emprego do “reinvestimento”, em sua Mensagem de Ano Novo, em dezembro de 1951. Não satisfeito apenas em condenar o capital estrangeiro investido no Brasil como responsável por evasão de divisas, o governo apresentou o Decreto no. 30.363, que regularizou uma antiga disposição legal do governo Dutra. Esse decreto, além de reafirmar as regras originais do ex-presidente, ainda determinava que o Banco do Brasil fizesse uma “reestimativa do valor contábil do estoque do capital estrangeiro na economia brasileira, de forma a abater do capital registrado todas as parcelas já transferidas como lucros, juros ou dividendos excedentes dos 8% anteriores permitidos” (VIANNA, 1987).

O decreto e o discurso de Getúlio motivaram alguns autores a considerá-los como indícios de que o presidente fazia um governo nacionalista e anti-imperialista, hostil ao capital

estrangeiro, o que teria gerado ou acirrado a oposição dos EUA e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, inclusive a imprensa, ao seu governo. Porém, como aponta Vianna (1987), antes mesmos do decreto e do discurso o próprio presidente Vargas já havia enviado ao Congresso a Lei do Mercado Livre do Câmbio (Lei 1.807), que pretendia dotar o sistema cambial brasileiro de regras mais abertas, inclusive para a remessa de capital ao exterior. Enviada ainda em 1951, esta lei só foi aprovada em janeiro de 1953, sendo regulamentada pelo Decreto no. 32.285, de fevereiro do mesmo ano. Por ela, a SUMOC manteria o controle sobre o fornecimento de dólares pelo câmbio oficial, mas haveria liberdade para a importação e movimento de capitais pelo mercado livre de câmbio, no qual o preço do dólar era bem mais caro. Assim, pretendia-se atrair capital estrangeiro para o Brasil, porque ele teria como remeter lucros e juros pelo mercado livre, e desestimular as importações, que deveriam pagar um dólar majorado (FONSECA,2004).

Esse projeto pretendia tornar a legislação cambial brasileira mais flexível, favorecendo o fluxo de capitais, dinamizando as exportações e ainda mantendo controle sobre as importações. E, por essas razões, autores como Vianna (1987), em virtude da liberalidade que ela oferecia ao capital externo, desqualificam a ação de Vargas no início de 1952 como “hostil ao capital estrangeiro” e “anti-imperialista”, tendo sido motivada por razões econômicas, embora Vargas tivesse aproveitado a oportunidade para dar-lhe, discursivamente, um tom mais “nacionalista”. Já no que se refere à Lei do Câmbio Livre, mesmo passando por algumas modificações e aprimoramentos, ela não conseguiu atingir os seus objetivos, pois a situação das exportações piorou, reduzindo o seu valor em 11%, no ano de 1952.

Em busca de uma solução para essas dificuldades, o governo apresentou a Instrução 70 da SUMOC, em 9 de outubro de 1953, quando Aranha já havia assumido a pasta da Fazenda. Um dos objetivos dessa medida era, segundo Vianna (1987) “resolver o problema do escoamento dos chamados produtos gravosos e atender às aspirações dos cafeicultores, eliminando o confisco cambial”. Para isso, foi oferecido um ágio às exportações de Cr\$ 5,00 por dólar ao café e de Cr\$ 10,00 aos demais produtos. Já no que se refere às importações, o sistema “tinha por objetivo, entre outros, resolver o problema da Cexim, assegurar o pagamento pontual das importações, evitando novos atrasos comerciais e importações supérfluas e propiciando o equilíbrio da Balança Comercial e de Pagamentos” (VIANNA,1987).

A Instrução 70 tinha três objetivos básicos. Primeiro, visava ampliar as exportações e introduzir critérios de mercado para encarecer as importações. Neste aspecto, a reforma foi temporariamente bem-sucedida, registrando-se um significativo crescimento das exportações

no último trimestre de 1953, mantendo as importações em níveis reduzidos. Segundo, o sistema de leilões de câmbio criado pela Instrução 70 manteve a política seletiva de importações que buscava assegurar os bens intermediários e de capital requeridos pelos empreendimentos produtivos. Neste sentido Vianna (1987) demonstram que, ela era uma reafirmação do espírito do tratado de Bretton Woods de 1944: não buscava subordinar a expansão da economia doméstica ao equilíbrio a qualquer custo do balanço de pagamentos.

Pelo contrário, era uma tentativa de conciliar um regime cambial subordinado aos requerimentos do crescimento e diversificação econômicos domésticos às restrições cambiais que se faziam sentir na acumulação de crescentes atrasados comerciais. Terceiro, o regime cambial buscava ampliar a arrecadação fiscal do governo, contornando em parte as resistências a uma reforma tributária no Congresso Nacional. No Quadro 1 mostra-se as taxas medias praticadas pela SUMOC 70 no período de 1953-1954.

Quadro 1- Taxas médias de cambio sob regime da SUMOC 70, Brasil, 1953-1954 (CR\$/US\$).

Taxas Médias de Câmbio sob o Regime da Instrução 70 (CR\$/US\$)		
	1953*	1954
Taxa Oficial	18.82	18.82
Taxa do Mercado Livre	43.32	62.18
Leilões de Importação		
Categoria I	32.77	39.55
Categoria II	38.18	44.63
Categoria III	44.21	57.72
Categoria IV	52.13	56.70
Categoria V	78.90	108.74
Taxas de Exportação **		
Café	-	23.36
Demais Produtos	-	28.36

* outubro-dezembro, exceto mercado oficial e livre.

** de 9-10-1953 a 18-8-1954.

Fonte: Vianna,1987.

Na tabela 3, apresenta-se as importações brasileiras por categorias no período de 1946 a 1955.

CATEGORIAS DE USO	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
1 - BENS DE CONSUMO	21,7	19,8	17,9	15,5	13,7	15,7	13,,5	11,1	10,2	9,7
Durável	9,0	11,7	10,7	8,9	6,7	10,0	7,5	3,6	4,3	2,8
Não-durável	12,7	8,1	7,2	6,6	7,0	5,8	6,0	7,5	5,9	6,9
2 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	9,5	9,6	12,6	12,0	14,8	12,0	13,5	18,8	14,7	21,5
3 - MATÉRIAS-PRIMAS	43,0	41,0	38,9	42,6	40,7	39,5	36,0	41,2	44,9	41,5
Para indústria	42,2	40,0	37,9	41,5	38,9	37,8	35,0	40,1	43,8	40,0
Para agricultura	0,8	1,0	1,0	1,1	1,8	1,7	1,0	1,1	1,1	1,5
4 - BENS DE CAPITAL	25,8	29,6	30,6	29,9	30,8	32,8	37,1	28,9	30,2	27,3
Para indústria	8,3	9,5	9,8	11,3	12,1	11,4	14,0	13,2	10,4	11,2
Para agricultura	1,3	1,3	1,7	3,3	4,1	3,2	2,9	1,6	3,9	2,3
Transporte	11,5	14,2	14,4	9,8	9,6	13,9	15,0	10,0	11,8	9,8
Diversos	4,2	4,6	4,7	5,5	4,9	4,2	5,2	4,1	4,1	4,0
5 - TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 3 Importação brasileira por categoria de uso, 1946-1955 (%).

FONTE: Vianna (1987)

No primeiro semestre de 1954, Vianna (1987) aponta que a situação cambial voltaria a agravar-se por conta de mais uma tendência cíclica de queda dos preços do café. Esta crise expressava a vulnerabilidade da inserção exportadora de um país cujo principal produto comercial era um *commodity* primária cujos requerimentos financeiros e técnicos de produção não criavam uma barreira à entrada que protegesse os produtores estabelecidos em relação a novos concorrentes. Sendo assim, um ciclo favorável de preços provocado pela reativação da demanda mundial e, principalmente, pela retração de estoques mercantis e investimentos que se seguia à crise de superprodução anterior, atraía inversões na abertura de novas áreas de cultivo e a entrada de novos concorrentes que, a médio prazo, voltavam a inundar o mercado mundial e provocar outra crise. A crise dos anos trinta seria superada apenas no pós-guerra, uma vez que os estoques advindos da crise de superprodução anterior foram praticamente esgotados em 1948-9.

A fase ascendente do ciclo de preços foi acompanhada, porém, pela entrada de novos produtores na América Central e na África Oriental britânica, o que finalmente aumentaria a produção mundial em meados da década de 1950 para níveis bastante superiores à demanda mundial. Vianna (1987) mostram que em 1954, ademais, a tendência deflacionária de médio prazo foi reforçada por uma ampla e exitosa campanha do senador Gillete nos EUA contra a especulação e o consumo do café, o que reduziu adiante mais a demanda mundial diante da oferta crescente depois do auge de 1953.

Se o objetivo do sistema de pauta mínima em meados de 1953 fora o de incentivar grandes produtores e exportadores a desovarem estoques, em meados de 1954 tratava-se do inverso. Visando induzir a uma retenção voluntária de estoques para impedir quedas de preços, o governo expediu decreto em junho de 1954 fixando uma elevada cotação mínima para exportações de café a partir de 1º de julho, Vianna (1987). Mas em meio a reduzidas exportações em junho e julho, os cafeicultores acirraram a campanha contra o “confisco cambial” e exigiram a revogação da política de “pauta mínima”. Apenas quarenta e cinco dias depois da introdução da nova pauta mínima e apenas dez dias antes do suicídio de Getúlio, Aranha e Souza Dantas cederam às pressões econômicas e políticas, baixando em 14/08/54 a Resolução 99 da SUMOC. (VIANNA, 1987).

Em linhas gerais, o sistema criado com a Instrução 70 é considerado bem-sucedido, permitindo um novo impulso às exportações sem, contudo, aumentar as importações. Estas foram “liberadas” nos leilões de câmbio, mas a um dólar crescentemente valorizado, inibindo seu consumo. Disso resultou, porém, uma desvalorização real do cruzeiro, o que, segundo algumas análises, favoreceu o retorno da inflação. Já no que se refere ao orçamento federal, a Instrução 70 permitiu ao Estado apropriar-se do ágio que era pago no câmbio negro e, assim, contribuiu para melhorar as contas públicas, na medida em que os recursos foram desviados de suas destinações originais. Também resolveu o problema da acumulação de atrasos comerciais – ou seja, importações recebidas, mas ainda não pagas por falta de cambiais – porque, como lembra MALAN, “agora, o que estava sendo vendido não eram licenças de importação desvinculadas da real disponibilidade de divisas” (MALAN, 1986).

A questão das taxas cambiais e do apoio dos industriais não foram unânimes. Segundo Fonseca (1989) os próprios empresários não foram meros beneficiários passivos de toda esta legislação, mas atuaram firmemente no seu preparo e na sua execução: na ausência de um regime de tarifas alfandegárias que protegesse a indústria nacional, esta defendeu o sistema cambial (especialmente a licença prévia) como forma de proteção para o setor manufatureiro, função que ele realmente cumpriu, Fonseca (1989). E, durante o governo de Getúlio, os representantes empresariais do setor, tanto nas entidades de classe – notadamente Confederação Nacional das Indústrias(CNI)e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), quanto no próprio governo, atuaram para manter uma política cambial a mais próxima de seus interesses, com razoável sucesso. Sendo necessário ressaltar, para completar essa análise, que o apoio dos industriais à política cambial do governo não foi unânime, na medida em que estava mais concentrado nas duas entidades de classe citadas acima, ou seja, nos setores do empresariado brasileiro interessados na industrialização com reforço do

mercado interno e privilégio do capital privado nacional, enquanto outros grupos empresariais, como aqueles representados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), já sob o controle de um empresariado mais ligado aos investimentos estrangeiros no país, passou a defender o liberalismo cambial, a partir de 1953.

Para alguns autores, como Vianna (1990), as medidas de cunho ortodoxo persistiram durante o período de governo caracterizando o perfil de atuação das autoridades. Ainda, para ele, as políticas de desenvolvimento no governo Vargas foram improcedentes. A análise de Fonseca (1989), todavia, refuta tais afirmações e baseia-se não apenas no discurso proferido ao longo do governo e sua equipe econômica como também recorre a análises paralelas realizadas por outros autores. De maneira geral, ao longo do período faziam-se necessários ajustes internos para ampliar a arrecadação e conter o déficit fiscal e lidar com as restrições externas. Para tanto, medidas mais restritivas e de austeridade foram utilizadas. De acordo com Fonseca (1989), em nenhum momento pode-se afirmar que o saneamento da economia recebeu maior importância do que o estímulo ao desenvolvimento econômico. As medidas aplicadas estariam sujeitas às intenções desenvolvimentistas e a implementação dos projetos.

Quando se tratou de aplicar políticas mais rígidas, principalmente nos primeiros anos de governo, isso foi tratado como ajustes de curto prazo para que fosse defendido o crescimento econômico nos anos seguintes. As dificuldades financeiras precisavam ser superadas assim como os demais gargalos de infraestrutura. As políticas monetária e fiscal estavam amparadas no projeto de governo para estabilizar a economia e dar continuidade ao crescimento econômico. A intenção da equipe de governo se mostrou próxima à estratégia que ficou conhecida como “Campos Sales-Rodrigues Alves” – sanar os problemas econômicos nos primeiros anos e promover os projetos de crescimento nos anos seguintes.

Para alguns autores, esse discurso justifica medidas “ortodoxas” aplicadas pelo governo. Contudo, não se pode assumir que foi um modelo de política econômica amplamente adotado. Ao tratar da inflação, Vargas assume que a política de expansão monetária não provoca inflação e, sim, o contrário. Para todo crescimento de nível de atividade é preciso haver expansão dos meios de pagamento – considerando-se patamar limite para tal ampliação. Assim, Vargas demonstra se afastar de políticas ortodoxas e entender o desenvolvimento econômico como meta principal (FONSECA, 1989)

Indo de encontro ao receituário das instituições internacionais, colocava em dúvida a aplicabilidade de medidas ortodoxas para países subdesenvolvidos. Nesse sentido, a política de ampliação de crédito se mostra como incentivadora da atividade econômica. Foram propostas melhorias do sistema bancário para financiamento do investimento via crédito, sob

o entendimento de que não causaria pressões inflacionárias. Essa hipótese defendida por Fonseca (1989) é questionada por alguns autores. Todavia, a observação do crescimento econômico, especialmente no setor industrial, nesse período contesta qualquer abordagem de que tenha havido uma política estritamente ortodoxa – caso essa tivesse sido aplicada, haveria redução dos investimentos públicos, contração creditícia, enxugamento do sistema monetário e, por conseguinte, redução da atividade econômica como combate às pressões inflacionárias.

Dessa forma, qualquer medida de curto prazo que tenha sido aplicada estaria vinculada a um projeto de crescimento de longo prazo, no qual medidas saneadoras se faziam necessárias para a continuação do projeto de desenvolvimento econômico. A necessidade de contenção de despesas proposta por parte da equipe econômica encontrou a resistência de Vargas, que defendia a essencialidade de investimentos para o desenvolvimento. Assim, “[a] relação de formação bruta de capital fixo/PNB manteve-se em seu patamar de 3-4%, e as despesas governamentais cresceram acompanhando o aumento das receitas” (FONSECA, 1989).

No final do período de 1951, pode-se constatar elevação na arrecadação fiscal. Em boa parte, devido a melhorias no sistema de cobrança de impostos, juntamente com o crescimento da economia e, conseqüentemente, a elevação na arrecadação de tributos. O aumento na arrecadação foi ajudado pelo crescimento das importações e, além disso, pela mudança da composição dos impostos resultante das transformações iniciadas pelo modelo de substituição de importações, com o aumento da participação do imposto de renda e da produção industrial(FONSECA,1989).

Em 1953, com Osvaldo Aranha à frente do Ministério da Fazenda, assume-se o compromisso de austeridade na política fiscal e contenção de gastos já no mesmo ano. Entretanto, assim como no período anterior, a influência de diversos fatores levou ao aumento das despesas do governo em 40,3% em relação ao ano de 1952, principalmente devido à continuidade das obras de infraestrutura e expansão da indústria que seguiram após o biênio anterior. Nesse cenário, aponta Fonseca (1989) em 1953 a política de concessão de crédito do Banco do Brasil ao governo federal elevou-se em 89% e aos bancos 77% em relação ao ano anterior. A inflação passou de 12% em 1952 para 20,8% em 1953 (medida pelo IGP-DI). O cenário para o ano de 1954 parecia mais promissor, tendo em vista o otimismo em relação ao aumento do preço do café no mercado internacional e à possibilidade da retomada de financiamentos junto ao Eximbank.

A preocupação se voltava então para o eterno problema do balanço de pagamentos, ondeFonseca (1989) demonstra no qual os atrasados comerciais eram o principal agravante. O

Eximbank havia suspenso a segunda parcela de US\$ 60 milhões do empréstimo de US\$ 300 milhões, pois o Brasil não havia começado a pagar os atrasados comerciais junto aos EUA (pelo contrário, eles vinham sistematicamente crescendo). Uma renegociação em agosto obtém uma extensão de um ano para o prazo de pagamento da primeira parcela do empréstimo, mas o prazo para a quitação da dívida permanece o mesmo (setembro de 1956). O governo brasileiro promete ainda saldar os atrasados comerciais norte-americanos via crédito do Banco do Brasil. Já com os países europeus, os acordos são mais vantajosos, como foi o caso da dívida com os ingleses, de 63 milhões de libras esterlinas, das quais £10 milhões foram pagas imediatamente, e o restante seria quitado em parcelas anuais de £6 milhões a 3,5% de juros.

Na tabela 4 observa-se o balanço de pagamento do período de 1951-1954, e a situação complicada que o Brasil vivia para obter financiamento externo para os programas de desenvolvimento.

Tabela 4– Balanço de Pagamentos do Brasil,1951-1954 (em milhões de US\$).

Contas do BP	1951	1952	1953	1954
Transações Correntes (TC)	-493,79	-725	-12	-236
- Balança Comercial (FOB)	44,21	-302	395	147
Exportação de bens	1.769	1.418	1.539	1.562
Importação de bens	1.724,79	1.720	1.145	1.415
- Serviços e rendas (líquido)	-536	-421	-393	-378
Serviços (Fretes, viagens etc.)	-379	-300	-227	-243
Juros	-20	-22	-34	-48

Lucros e dividendos	-137	-99	-131	-89
Outros rendas	-	-	-1	2
- Transferências unilaterais	-2	-2	-14	-5
Conta capital e financeira (CCF)	266	708	41	236
- Investimento direto	63	94	60	51
- Outros	65,79	-37	-109	22
Erros e omissões	146,79	-10	-69	11
Resultado do balanço	-81	-27	-40	11

Fonte : IPEADATA. Elaboração própria

Contudo, o que se observou foram maiores dificuldades para se exportar o produto pela atuação do Estados Unidos, que se mostrava contrário à valorização do produto, e pela possibilidade de uma nova crise cambial. Outro fator de instabilidade ao governo foi à forte oposição política contra a elevação de 100% no salário mínimo e o receio de um efeito em cascata, pressionando ainda mais os gastos do setor público.

2.4 Crise política e fim do Governo Vargas

A ida de João Goulart para o Ministério do Trabalho, em meados de 1953, fez parte da estratégia de Getúlio de reformar o ministério visando a uma maior sustentação de seu governo, tentando garantir apoio dos setores sindicais e dos trabalhadores, temia que a greve dos “300 mil” iniciada em São Paulo se espalhasse pelo país todo. Na verdade, Goulart não foi capaz de conter o ímpeto da oposição que denunciava, entre outras coisas, o favoritismo do governo nos empréstimos ao jornal Última Hora, único periódico da grande imprensa a apoiar Vargas. Em fevereiro de 1954, vem a público o Manifesto dos coronéis, documento que criticava a política econômica e trabalhista do governo e pedia mais recursos para as Forças Armadas. Em seguida, o ex-ministro João Neves da Fontoura traz a público correspondência secreta entre Vargas e o presidente da Argentina, Juan Domingo Perón. Nela se cogitava a formação de uma república sindicalista no Brasil e também a de um pacto dos dois países, em conjunto com o Chile, o pacto do ABC, que teria como objetivo formar um bloco continental de oposição aos Estados Unidos (FONSECA, 1989).

Em maio, com João Goulart já fora do Ministério do Trabalho, Getúlio concede um aumento de 100% no salário mínimo, iniciativa entendida como um gesto extremado para procurar apoio entre os trabalhadores em função da oposição sistemática que recebia do Parlamento, da imprensa e dos militares. O maior porta-voz da oposição era Carlos Lacerda,

da União Democrática Nacional (UDN) do Distrito Federal, um brilhante orador de vocação golpista. O clima político era regido também pelas discussões em torno da sucessão presidencial, cujas eleições se dariam em outubro de 1955. De um lado, os seguidores de Getúlio, acuados pelo rolo compressor da oposição; de outro, os antigetulistas, ambos com aliados nos quartéis (FONSECA, 1989).

No plano militar, o debate se radicalizava ideologicamente dentro do Clube Militar, instituição também recortada pela clivagem getulismo e antigetulismo. No Congresso, em junho de 1954, é votado o impeachment de Vargas, que, embora rejeitado por ampla margem, dá o termômetro do clima político da época. A escalada contra o governo tem novo patamar em agosto de 1954 quando Carlos Lacerda é vítima de um atentado na rua Tonelero, em que morre um dos seus guarda-costas, o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz. A Aeronáutica toma a dianteira nas investigações policiais e rapidamente descobre que as ordens do atentado tinham partido do chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato(DRAIBE, 2004).

A partir de então, um bombardeio de críticas toma conta da imprensa que denuncia o "mar de lama" em que se convertera o governo. Os quartéis entram em prontidão e, em sucessivos manifestos, brigadeiros, almirantes e generais pedem a renúncia ou a deposição de Vargas. Frente a essa pressão, Getúlio convoca uma reunião ministerial na noite do dia 23 de agosto, assistida por sua filha Alzira, João Goulart, e vários assessores e amigos dopresidente. Ao final, Vargas decide licenciar-se do governo por 90 dias. Na madrugada do dia 24, quando a reunião terminara, Getúlio foi informado que seu irmão, Benjamim Vargas estava sendo convocado a depor na "República do Galeão", nome dado à operação da Aeronáutica que se investira de funções policiais para apurar o atentado da Rua Tonelero contra Lacerda. Mais tarde, foi-lhe comunicado que os militares consideraram definitivo o seu afastamento do poder. A licença fora convertida em veto militar. O Palácio do Catete já estava protegido com trincheiras de sacos de areia. A possibilidade de uma guerra civil era considerada uma ameaça real. Por volta das 08h30minh Getúlio Vargas se suicida (DRAIBE, 2004).

O impacto do suicídio de Vargas foi surpreendente. Primeiro pela ousadia do gesto, segundo, pela emoção e pelo ambiente de tragédia que tomou conta do país, terceiro, pelo desnorreamento que produziu em seus adversários. Foi um ato político, talvez o maior concebido por Getúlio, que sabia poder contar com a simpatia do povo. Como testemunho de seu gesto Getúlio deixou uma carta testamento com três cópias. Uma, na mesa de cabeceira da cama onde morreu, outra dentro do seu cofre e uma terceira entregue a Goulart, ainda durante a reunião ministerial. Desta forma Vargas termina seu segundo mandato, e acaba entrando na

história como o “pai dos pobres”, porém mesmo com políticas populistas Vargas tem que ser lembrado com um ditador (19 anos no poder), um grande estrategista, e um grande político, que tinha como objetivo transformar o Brasil em um país desenvolvido e mais igualitário(DRAIBE, 2004).

2.5 Síntese dos acontecimentos políticos e econômicos do Segundo Governo de Getúlio Vargas

De modo geral, este período democrático da Era Vargas e o que se convencionou chamar de Nacional-Desenvolvimentismo foi um aprofundamento dos ideais varguistas esboçados durante toda a sua trajetória política, consubstanciados em: defesa da industrialização e da maior atuação do Estado na economia. No Quadro2, apresenta-se os principais acontecimentos durante o governo Vargas de 1950-1954.

Quadro 2 Principais acontecimentos no governo Vargas, Brasil, 1950-54

Área	Acontecimentos
Ideológico/nacionalismo	<p>Campanha sustentada na defesa do nacionalismo e do trabalho.</p> <p>Apoio da burguesia industrial, classe média e dos trabalhadores.</p> <p>Vence as eleições e leva ao Congresso o Plano Geral de Industrialização do País de cunho nacionalista.</p> <p>Empresa estatal assume papel nuclear.</p> <p>Empresa privada nacional não se encontra em condições de atuar</p> <p>Empresa privada estrangeira não se submete ao projeto nacionalista</p> <p>Discurso para atração de capital externo, principalmente recursos públicos.</p>

	Insuficiência de recursos e crise do projeto.
Estado/Institucional	<p>Vitória expressiva de Vargas nas urnas.</p> <p>Formação de uma base ministerial conservadora</p> <p>Nomeação do nacionalista Estilac Leal para o Ministério da Guerra.</p> <p>Criação do BNDE.</p> <p>Instituição do Plano Nacional de Reparcelamento Econômico.</p> <p>Implantação do Neocorporativismo.</p> <p>Reforço do papel da empresa pública.</p> <p>Tentativa de aproximação com a UDN</p> <p>Crise político generalizada.</p> <p>Reforma Ministerial</p> <p>Radicalização da retórica nacionalista e tentativa aproximação da classe trabalhadora.</p>

Fonte: Costa, 2011.

No tocante ao papel do capital estrangeiro neste projeto, este não apresentou mudanças, sendo bem-vindo e até estimulado, porém devendo subordina-se aos interesses estratégicos do capital nacional. Arend (2009) resume a política de Vargas para o capital estrangeiro da seguinte forma:

“Especificamente em relação ao capital internacional, é necessário a construção de um arranjo institucional que minimize sua influência, mas não sua participação, nos objetivos gerais decididos internamente. É importante que as leis, normas e regras definam claramente o campo de ação estratégica do capital externo, sem que sejam prejudicados os centros internos de decisão ou a busca por ganhos de autonomia nacional” (AREND, 2009, p. 116).

Quanto às causas que levaram a derrocada do modelo de desenvolvimento varguista, destacam-se as seguintes: no âmbito institucional Getúlio foi engolido por dois reveses, primeiramente sua tentativa de formar um governo conservador e atrair a oposição foi desastrosa e custou a ele preciosos dividendos políticos entre seus correligionários trabalhistas e, por conseguinte entre a classe trabalhadora; em seguida o desprestígio dado a ala nacionalista do Exército na pessoa de Estilac Leal e a derrota deste para as eleições para o

Clube Militar, significaram o enfraquecimento dos ideais nacionalistas dentro das Forças Armadas, cujo apoio era indispensável, para conquistar um grau aceitável de estabilidade política de governabilidade em um ambiente democrático ainda permeado de vícios ditatoriais. No âmbito econômico, destaca-se a falta de recursos estrangeiros, os quais inviabilizaram o programa de estabilização econômica e o programa de investimentos, prejudicando grandiosamente o combate à inflação e os investimentos em infraestrutura e implantação de novas indústrias. No âmbito externo, conforme elencado, além da falta de ajuda internacional, colaboraram para inviabilizar o Nacional-Desenvolvimentismo, a vitória republicana nos EUA e a marginalização da América Latina como destino de investimentos estrangeiros. “Nesse sentido, fatores externos, especialmente atrelados à geopolítica, foram determinantes para a não concretização da estratégia nacional-desenvolvimentista do segundo governo Vargas” (AREND, 2009).

3.GOVERNO JOÃO GOULART 1961-1964: DINÂMICAS POLÍTICAS E ASPECTOS ECONOMICOS

Este quarto capítulo aborda governo de João Goulart, com as políticas implantadas durante seu mandato e as medidas econômicas de desenvolvimento. João Goulart na época era visto como de esquerda e sofria muita rejeição internamente e pressões do exército para não exercer seu cargo. Eleito como vice-presidente, foi surpreendido quando Jânio Quadros renunciou ainda em 1961, foi impedido de tomar posse na primeira vez, e quando finalmente tomou posse como presidente em 1963, foi muito combatido no congresso brasileiro até a sua queda em 1964.

O capítulo, então, encontra-se dividido em 5 seções. Na primeira faz-se uma breve contextualização histórica, retrocedendo a eleição como vice-presidente, o parlamentarismo e a sua posse como presidente. No tocante da terceira seção se desenvolve a contextualização de suas políticas econômicas destacando o plano trienal. Na quarta seção apresenta-se a crise política que culminou com o golpe militar de 1964. Na última seção apresenta-se uma síntese dos acontecimentos políticos e econômicos durante o governo de João Goulart.

3.1 Breve histórico: da posse como Vice-Presidente a queda como Presidente

Com a aproximação do final do governo de Juscelino e as eleições de 1960, se mostrava clara a insatisfação de vários setores sociais com a alta do custo de vida e a transformação progressiva do sistema partidário, com o declínio dos grandes partidos conservadores Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), e o crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deixando à vista a fragilidade institucional brasileira. Neste período, a legitimidade do sistema político começa a ser questionada pelas classes emergentes que buscavam uma maior participação política, econômica e social (BENEVIDES, 1981).

Nesta época surgem os agrupamentos interpartidários, a Frente Parlamentar Nacionalista - FPN e a Ação Democrática Parlamentar – ADP, mostrando a insatisfação dos membros dos partidos com a atual situação política do país e com a condução das medidas para amenizar a crise. Segundo Dreifuss (1981, p. 139),

“A formação desses conglomerados de representantes de vários partidos era um indício do enfraquecimento ideológico de alguns deles e concomitantemente uma redistribuição e reorientação político-ideológicas de importantes figuras públicas e grupos. A formação dessas duas frentes revelou não somente o declínio do alinhamento PSD/PTB, mas também o eclipse da oposição udenista e a impossibilidade de uma aliança PSD/UDN ser bem-sucedida por si própria.”

Surge nesta época também a Frente de Mobilização Popular – FMP, que

foi estabelecida à esquerda, como um bloco extraparlamentar organizado a nível nacional e agrupava movimentos como as Ligas Camponesas e a União Nacional dos Estudantes – que fazia oposição a ADP e aos grupos conservadores da sociedade, dirigida contra o abuso econômico transnacional, as restritivas estruturas oligárquicas rurais e a organização administrativa, cultural e social populista. Estes “partidos alternativos” contaram com a aderência de diversos membros partidários, modificando, assim, as bases da política de alianças até então vigente no regime democrático brasileiro. Mas apesar dos abalos e de não conseguir achar um candidato para as eleições de 1960 que pudesse dar continuidade aos anseios de desenvolvimento encaminhados por Juscelino, a aliança PSD/PTB se voltou para o Marechal Henrique Teixeira Lott – o Ministro da Guerra no governo de JK, que possuía uma atração não muito refletida pelos nacionalistas de esquerda.

Ele, com base em Skidmore (1982) era um candidato fraco e inexperiente em política. E o foco nestas eleições estava no candidato da oposição: Jânio Quadros. Mas quem era este homem?! Segundo Benevides (1981, p. 12), Jânio possuiu uma carreira política com ascensão meteórica, do modesto advogado e professor de ginásio, de família simples, sem fortuna ou tradição política, que percorreu as várias etapas da vida pública e chegou à presidência aos 44 anos de idade. Em São Paulo conquistou boa parte de um espaço político até então ocupado por bacharéis, comerciantes e fazendeiros do Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN). Jânio, com sua simpatia e habilidade em passar aquilo que as pessoas gostariam de ter em um candidato, conquistou um dos postos de candidato à Presidência da República de maneira rápida e sem adversários a sua altura.

Com uma postura para atrair as massas, com o apoio das classes altas e de organizações como o Conselho Nacional das Classes Produtoras – CONCLAP, grupos industriais como Matarazzo e Votorantim, e associações paulistas como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e a Associação Comercial, Jânio é eleito nas eleições de 3 de outubro de 1960 com 5.636.623 votos, 48,27%, derrotando o General Lott e Ademar de Barros. A preferência das classes mais elevadas pelo candidato então se confirma por pesquisa eleitoral da época, e este perfil de eleitorado revela que Jânio é a esperança para as classes mais baixas, mas veio para dar novos incentivos para a classe média que vivia um grande desconforto com a alta inflação e o medo de políticas que mudassem o *status quo* que estes preservavam até o momento (Benevides, 1981). Tal resultado demonstrava também um apoio de organizações empresariais e de grandes indústrias, estes acreditavam que o governo de Jânio Quadros seria benéfico para o país e às classes específicas assim como o de Juscelino.

Juntamente, com Jânio, se elege João Goulart como vice-presidente, companheiro docandidato Lott, na chapa. João Goulart ganhara por uma pequena margem do candidato da União Democrática Nacional (UDN), Milton Campos, conforme Skidmore (1982, p. 233). João Goulart coloca a aliança Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro no governo, podendo interferir através do vice-presidente e do Congresso, no qual é maioria.

Inicia-se, então, no dia 31 de janeiro de 1961, o governo de Jânio Quadros e JoãoGoulart deparavamproblemas político-econômicos a serem resolvidos, pois já haviam sido postergados pelo governo anterior, e com as demandas de uma massa urbana e uma classe empresarial e burguesa a serem atendidas.

Jânio Quadros já em seu discurso de posse em janeiro de 1961, expõe a situação crítica da economia, pois havia uma dívida externa de 2 bilhões de dólares a serem pagos durante seu mandato e 600 milhões que deveriam ser pagos já no primeiro ano (Skidmore,1982). Além disso, o governo de Quadros defrontou-se com um aumento constante da influência do Estado na esfera econômica; o agravamento dos desequilíbrios econômicos; uma administração pública ineficiente; a necessidade de renegociar a dívida externa e conseguir novos empréstimos; planejar e executar um programa de investimentos governamentais e incentivos as empresas. E neste conjunto de questões a serem resolvidas, o processo de crescimento da taxa de inflação se colocava em primeiro plano como o maior e mais urgente problema a ser resolvido (IANNI,1996).

Para a surpresa de todos Jânio permanece no comando do país por apenas por sete meses, renunciando ao governo em 25 de agosto de 1961 em face de estar sofrendo pressões de “forças” que estavam se levantando contra ele e estas forças impediam que pudesse governar a favor das massas e burguesia e com poderes excepcionais para implantar os projetos desejados por ele, conforme (SKIDMORE,2010).

Como era previsto, João Goulart deveria tomar posse da Presidência, mas ele estava em uma missão oficial à China e na ausência do vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, era o próximo na linha de sucessão, então, este é empossado Presidente em sessão extraordinária no mesmo dia da renúncia de Jânio (SKIDMORE, 2010).

A ideia do Congresso era logo empossar Mazzilli para com isso abafar as possíveis manifestações populares e partidárias para o retorno de Jânio e, assim, colocar um fim em seu governo. Com o presidente da Câmara assumindo as responsabilidades interinamente nesta época, os ministros militares Odílio Denys, ministro da Guerra, Silvio Heck, ministro da Marinha, e Grün Moss, ministro da Aeronáutica, tentaram impedir a volta de Jango ao

Brasil.

Tudo se iniciou com a divulgação de uma breve nota, no dia 28 de agosto, na qual os ministros buscavam aprovar o veto à posse do então vice-presidente, porém, sem nenhuma justificativa, conforme (SKIDMORE, 2010).

O Congresso se apresentou contrário ao veto e, não satisfeitos, os ministros militares divulgaram um manifesto a população, no qual explicitavam as razões para vetar Goulart. E, com base em Toledo (1986, p. 12), neste manifesto era exposto que João Goulart incentivava e promovia movimentos grevistas, assim como, era simpatizante dos regimes que vigoravam na União Soviética e na China e iria mergulhar o país no caos, na anarquia, na luta civil, pois para os militares, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de ruim na vida política do país, era demagogo, subversivo e implacável inimigo do capitalismo. Esperavam, deste modo, que o Congresso mantivesse Mazzilli na presidência interina até a convocação de eleições no prazo de sessenta dias.

A primeira aparição pública do apoio a continuidade da democracia veio do Rio de Janeiro, onde o marechal reformado Henrique Teixeira Lott defendeu a posse de Jango e chamou o povo a defender a Constituição. Por causa dessa atitude, Lott é preso, mas antes, orienta Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, a procurar alguns militares no estado que seriam favoráveis a legalidade (RUBIATTI, 2008).

O sistema parlamentarista como resposta à crise política foi produto de um pequeno grupo de entusiastas desse regime, que tinham como “líder” Raul Pilla, que atribuía ao sistema presidencialista os problemas do Brasil, conjuntamente com este pequeno grupo, os dois grandes partidos conservadores (UDN e PSD) articulavam, desde o início da crise, a chamada “solução de compromisso”: a emenda constitucional que instituiria o regime parlamentar no país (Toledo, 1986). E em apenas dois dias o Congresso analisa e aprova uma mudança na Constituição que não poderia ocorrer em meio a uma crise política, social e econômica, como a que estava vigorando na época.

A emenda constitucional que implantava o parlamentarismo foi aprovada em 2 de setembro no Congresso Nacional. Em 4 de setembro, os ministros militares mandam uma carta ao presidente em exercício aceitando o novo regime. E no dia seguinte, Jango retorna ao Brasil, mantendo-se afastado do território brasileiro até o momento por conta das ameaças dos militares. Já no dia 7 de setembro de 1961, João Goulart recebeu a faixa presidencial no Congresso, se submetendo ao novo regime de governo.

3.1.1 Período parlamentarista

Em setembro de 1961, o primeiro gabinete parlamentarista deparou-se com uma situação econômica difícil, agravada pelo clima de instabilidade política que se seguiu à renúncia de Quadros. O esforço de construir uma reputação de governo forte começou pela nomeação de um ministério austero. Na busca de um governo de consenso, os principais partidos foram contemplados na formação do gabinete, promovendo-se uma divisão razoavelmente equilibrada das pastas. No comando da economia, como era de se esperar, um conservador. O Ministério da Fazenda ficou com o banqueiro Walter Moreira Salles, de perfil ortodoxo, responsável pelas bem-sucedidas negociações da dívida externa brasileira nos Estados Unidos durante a administração Quadros (PRADO, 2013).

Diante da divisão opaca de poderes entre o presidente e o primeiro-ministro, a consolidação da credibilidade do governo passava necessariamente pela recuperação da imagem de Goulart, dentro e fora do país. Nesse sentido, os pronunciamentos iniciais do presidente adotaram um tom moderado, assumindo compromisso com a democracia, ressaltando a posição contrária ao comunismo e dando suporte político às medidas anti-inflacionárias mais rígidas propostas pelo gabinete (FONSECA, 2004).

Mesmo sofrendo diversas pressões dos empresários devido ao novo plano de estabilização de Salles, que previa aumento de impostos e que classificava como um "nobre sacrifício", Salles lança em março de 1962 o novo plano de estabilização onde anunciou metas para a contenção de gastos e para a expansão da moeda e do crédito, buscando o equilíbrio para o ano em curso. Silva (1992) aponta que do lado dos gastos, foram propostas três medidas: um novo plano de contenção de despesas, a ser encaminhado para aprovação do Congresso, o qual permitiria uma economia da ordem de Cr\$ 60 bilhões; um plano de execução orçamentária que programava o pagamento de fornecimentos e serviços para o período de janeiro a maio de 1963, no montante de Cr\$ 81 bilhões; e, a transferência de Cr\$ 38 bilhões de autorizações de despesas para exercícios futuros, sem data certa para liquidação.

Assim, o déficit de caixa ficaria reduzido a Cr\$ 150 bilhões. Ainda segundo o autor, no esforço de estabelecer fontes não-inflacionárias para o financiamento do déficit, e dada à limitação constitucional no que concerne a mudanças tributárias no mesmo exercício, foram previstos dois empréstimos públicos para cobrir a diferença: um compulsório, no valor de Cr\$ 20 bilhões, sob a forma de um adicional sobre o imposto de renda devido de pessoas jurídicas e pessoas físicas, e outro voluntário, estimado em Cr\$ 100 bilhões, em Letras ou Obrigações do Tesouro, com cláusula de garantia contra desvalorização monetária. O déficit remanescente, Cr\$ 30 bilhões, deveria ser financiado pelo Banco do Brasil.

A situação política era complexa o ano de 1962, representa um período eleitoral bem complicado, pois era época de eleições na maioria dos estados e eleições para Câmara dos Deputados e Senado, por este motivo os planos de estabilização pouco avançaram, pois, os políticos tinham medo de ser associados com medidas austeras e perderem suas vagas tanto na Câmara quanto no Senado (TOLEDO, 1986).

O efeito desta mudança de atitude do governo com relação à estabilidade pode ser visto nos resultados das principais variáveis de política. Em maio, o governo ultrapassou a meta estabelecida para o déficit público e, por consequência, também a meta de crédito do Banco do Brasil ao Tesouro. Nesse mês, o crédito ao setor privado ainda permaneceu dentro dos limites estabelecidos no programa. Apesar disso, para Abreu (1990), a "perda de controle sobre a economia torna-se clara a partir de maio com o significativo aumento do déficit de caixa do governo gerado pelo aumento das despesas públicas e o aumento da taxa de expansão da oferta monetária". O mesmo autor aponta que no mês de junho, o último do gabinete Neves, marcou o abandono da política de estabilização. Nesse mês, além do aumento do déficit público - que atingiu mais do que o dobro do que havia sido estabelecido como meta anual - também foi ultrapassado o limite de crédito nominal do Banco do Brasil ao setor privado. Com isso, esvaiu-se o que restava da credibilidade do governo.

O novo gabinete, comandado por Brochado da Rocha, ainda esboçou um movimento nesse sentido, mas as chances de sucesso eram muito reduzidas. As metas de estabilização haviam sido ultrapassadas e o caráter efêmero do governo, simbolizado pela solicitação de antecipação do plebiscito com relação ao sistema de governo, impediu que se perseverasse no esforço. Moreira Salles afastou-se do cargo em setembro de 1962, já desgastado pelo contraste entre as medidas a que se propunha implementar e o discurso presidencial e de outros membros do governo e de parlamentares de sua base de sustentação, de cunho fortemente nacionalista, respaldando a expropriação da Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul (subsidiária de empresa norte-americana) e projeto de lei limitando a remessa de lucros ao exterior, aprovado no Senado no início do mês, pouco antes da aprovação do Conselho Nacional de Reforma Agrária (TOLEDO, 1986).

O ano de 1962 encerrou com taxa de crescimento do PIB alta, 6,6%, embora inferior à de 1961, 8,1% conforme Tabela 5, e com inflação de 51,6%, e com saldo negativo na balança comercial de 89 milhões de dólares, causado principalmente pela queda das exportações (de US\$ 1.405 milhões para US\$ 1.215 milhões enquanto as importações cresciam ligeiramente de US\$ 1.292 para 1.304).

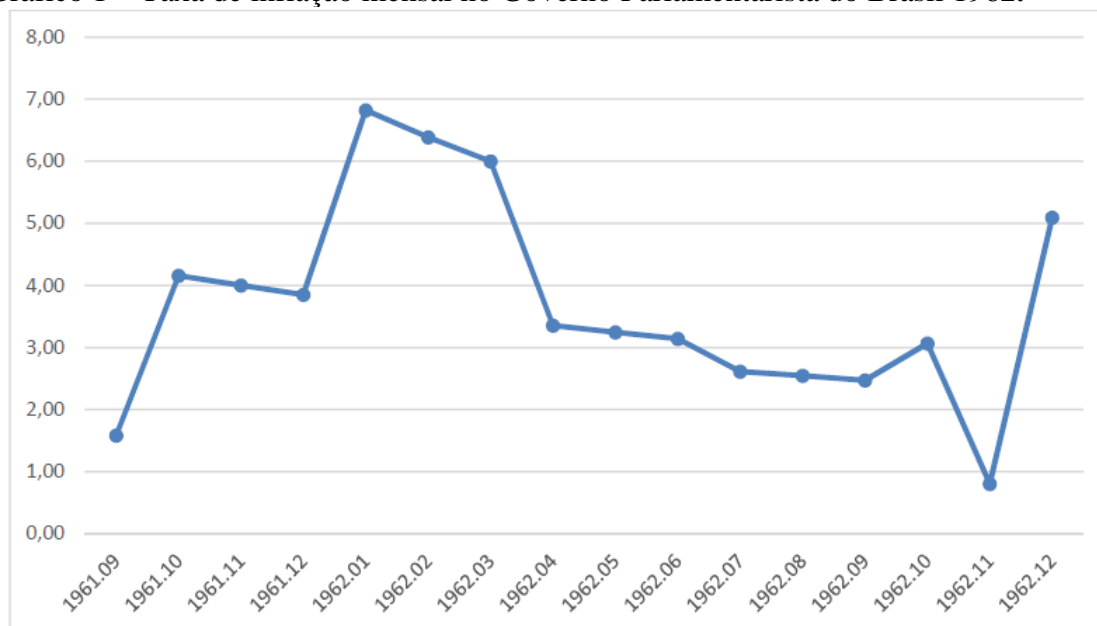
Tabela 5 Variação do produto interno bruto do Brasil – 1960-1964 (%)

Ano	Variação do Produto Interno Bruto (%)
1960	9,4
1961	8,6
1962	6,6
1963	0,6
1964	3,4

Fonte: IBGE (2016)

Como observa-se no Gráfico 1, há um grande aumento na taxa de inflação, chegando a 7% em janeiro de 1962 e fechando o ano e o terceiro gabinete com uma taxa de 5% em dezembro. Durante o período parlamentar, nota-se uma oscilação na taxa de inflação, com maior controle nos meses de abril e outubro de 1962.

Gráfico 1 – Taxa de inflação mensal no Governo Parlamentarista do Brasil 1962.



Fonte: Prado (2013).

Com o passar das eleições, as atenções se voltam novamente para o plebiscito no início de janeiro de 1963. Somente alguns setores da UDN e o complexo IPES-IBAD defendiam a continuidade do parlamentarismo, o apoio ao presidencialismo era maciço, diversas instituições e organizações estimulavam a campanha pela volta do regime anterior.

No plebiscito, a vitória do presidencialismo foi esmagadora. Conforme Rubiatti (2008, p. 156):

“Com a volta desse sistema de governo, João Goulart passa a ter todos os poderes que a Constituição de 1946 outorgava ao ocupante do cargo de presidente da República. Isso representa a possibilidade de efetivar os planos de reforma de base, fato que empolga à esquerda e os nacionalistas e assusta os conservadores. No dia 23 de janeiro de 1963, antes mesmo de o Tribunal Eleitoral proclamar os resultados oficiais do plebiscito, a Emenda Constitucional nº 6, que revogava o parlamentarismo, é aprovada pelo Congresso. Dessa maneira termina o período parlamentarista da República brasileira.”

O sistema parlamentarista se mostrou um verdadeiro fracasso, revelando-se ineficaz administrativamente e causando diversas crises institucionais, sendo alvo de grandes críticas. E, Toledo (1986, p. 40) afirma que o parlamentarismo – forjado a toque de clarim e em ritmo marcial – não resistiu às inúmeras crises políticas que seu funcionamento provocou e não conseguiu resolver.

3.1.2 Período Presidencialista

Ao recuperar os plenos poderes da presidência, em janeiro de 1963, através do plebiscito nacional de janeiro de 1963, Goulart viu-se frente ao imenso desafio de conquistar a confiança dos agentes econômicos em sua capacidade (e vontade) de resolver os sérios problemas que o país enfrentava, agravados, em parte, por suas próprias ações durante a fase parlamentarista. Fonseca (2004) aponta que mais uma vez, diante da frágil estrutura das instituições econômicas do país, a tentativa de estabilização repousava em delicada arquitetura, começando pela indicação dos ministros. Goulart procurou nomear um ministério de notáveis, no qual se destacava a moderação de seus principais integrantes.

O Ministério da Fazenda ficou nas mãos de San Tiago Dantas. Embora integrante da ala esquerda do PTB, o novo ministro era conhecido por defender ideias ortodoxas no que dizia respeito ao combate à inflação. Na área econômica também trabalhava o ministro sem pasta Celso Furtado, que não tinha ligação estreita com partidos políticos e era responsável pelo planejamento econômico e pela direção da SUDENE. Moreira (2011) aponta que a esquerda mais inflexível estava representada pelo Ministro do Trabalho, Almino Afonso, e pelo ultranacionalista João Mangabeira, responsável pelo Ministério do Interior e Justiça, indicando que Goulart não desejava desvincular-se de todo de seus laços com o sindicalismo. O Ministério da Guerra continuou nas mãos do General Amauri Kruehl, de tendência moderada.

Moreira (2011) aponta que as primeiras medidas da nova fase do governo Goulart estavam consignadas no Plano Trienal. Este procurava reeditar a velha "fórmula" Campos

Sales - Rodrigues Alves, lembrando o compromisso governamental com o desenvolvimento econômico, mas que o mesmo teria como pré-requisito a estabilidade a curto prazo, sem a qual as próprias metas de crescimento seriam comprometidas. Assim, previa a execução de típicas políticas restritivas de programas de estabilização convencionais, como redução do déficit público, controle das emissões e restrição do crédito ao setor privado. Além disso, propunha a uniformização das taxas cambiais e sua fixação em níveis realistas. Para provar a seriedade de suas intenções, o governo estabeleceu metas fiscais e monetárias que deveriam ser cumpridas ao longo do ano.

Mais uma vez, observa-se o comportamento adotado nos períodos anteriores, que consiste em anunciar medidas fortes de combate à inflação, como forma de o governo construir sua reputação de forte. Para Fonseca(2004), os “resultados nos primeiros meses foram razoavelmente animadores”. A desvalorização cambial de abril praticamente igualou a taxa de câmbio oficial à taxa do mercado paralelo, refletindo, de certa forma, uma mudança no nível de confiança no governo. A meta para o déficit público não foi cumprida no primeiro trimestre, porque as normas de execução financeira só foram estabelecidas em março, mas já no segundo trimestre o governo conseguiu manter-se dentro do limite estabelecido. A política creditícia, apesar de não ter obedecido às metas nominais fixadas, foi contracionista, em termos reais, nos dois primeiros trimestres, especialmente no primeiro, quando o crédito real encolheu quase 17%. No segundo trimestre, a redução ficou em torno de 4%. O crescimento dos preços, depois da inflação corretiva dos primeiros meses, diminuiu o ritmo em abril, sinalizando a possibilidade de sucesso do programa de estabilização.

Porém além de estabilizar a economia, para pôr em prática o Plano Trienal, o governo tinha mais duas questões bem sensíveis para lidar, que era a nacionalização das empresas estrangeiras de serviço público e a reforma agrária (MOREIRA,2011).

Referente à nacionalização, o caso de maior repercussão foi o da American and Foreign Power Company (AMFORP), um conglomerado norte-americano de empresas que atuavam na área de serviços públicos no Brasil. No fim de abril de 1963, o governo e a companhia anunciaram um acordo com a compra da empresa por 135 milhões de dólares, dos quais 75 por cento seriam reinvestidos em empresas fora do ramo de serviços públicos e 25 por cento seriam pagos em dólares (Skidmore,1982). Mas a compra não seria realizada em um bom momento, pois havia a necessidade de cortar os gastos para estabilizar a economia e, de acordo com um estudo realizado por técnicos na época, o valor que seria pago pela empresa era abusivo e as 12 usinas americanas que seriam adquiridas estavam obsoletas.

Estas denúncias ganharam ampla repercussão política e na mídia, o que levou o

presidente a recuar nas negociações, para desagrado do governo norte-americano. O prestígio de João Goulart foi seriamente abalado neste episódio, com base em Toledo (1986, p. 52), com duras críticas dos setores conservadores e da extrema esquerda.

No ponto sobre a reforma agrária, um dos compromissos das reformas de base, apontado por Moreira(2011) é a que João Goulart desejava consolidar seu controle sobre as camadas populares e combater as críticas da esquerda radical, para tal, submeteu ao Congresso um projeto de lei de reforma agrária que previa o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública, e não com dinheiro em espécie, reformulando o artigo constitucional. Mas logo se formou uma oposição ao projeto por conta de a Câmara dos Deputados sofrer grande influência dos proprietários de terras e pela Ação Democrática Parlamentar (ADP) ser extremamente conservadora. O projeto foi rejeitado por sete votos a quatro e João Goulart, então, foi acusado pelo centro e pela direita por “gestos demagógicos” e a desconfiança da direita contra o presidente e seus objetivos políticos finais, agora era compartilhada pelo centro (Skidmore, 1982). A esquerda radical, comandada por Brizola, advertiu Goulart de que aquele seria o resultado que ele poderia esperar se continuasse a trabalhar no contexto da esquerda positiva.

João Goulart estava sendo pressionado por ambos os lados (esquerda e direita) em face de sua indecisão perante uma série de medidas de caráter nacionalista e popular que poderiam ser realizadas mesmo sem qualquer reforma constitucional, como a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros; o monopólio das operações de câmbio pelo Banco do Brasil; a ampliação do monopólio estatal de petróleo; entre outras (Toledo, 1986). Portanto, o governo estava tão ocupado com as crises políticas que, praticamente, nada se realizava administrativamente, sendo o ano de 1963 o período no qual o Congresso apresentou uma das maiores improdutividades legislativa.

3.2 Políticas econômicas: principais medidas

Com o retorno do governo ao presidencialismo após o plebiscito no início de 1963, iniciou-se a execução do Plano Trienal como medida econômica para solucionar os problemas

da crise que já se arrastavam desde os governos anteriores. Pela primeira vez, era elaborado um plano com diagnóstico amplo e detalhado das condições e fatores responsáveis pelos desequilíbrios, pontos de estrangulamento e perspectivas para a economia do país nos próximos anos. A elaboração ficou a cargo de Celso Furtado, mas a execução seria feita pelo

então ministro da Fazenda, San Tiago Dantas. Assim, conforme Ianni (1996, p. 209), este plano exprimia a convergência das experiências práticas dos diversos governos brasileiros anteriores e dos debates técnicos e teóricos. Mas o Plano foi extremamente criticado tanto por organizações da esquerda como da direita. O CGT acusava o de ser uma tentativa para uma política conciliatória com os setores mais conservadores da sociedade e com o imperialismo, já as entidades industriais, que a princípio, apoiavam o Plano, foram retirando esse suporte, pois necessitavam de um crédito flexível e do controle dos salários. E as resistências as medidas ortodoxas foram impulsionadas pela radicalização política do período, segundo Figueiredo apud Almeida (2010, p.130). Diante das críticas ferrenhas, já no segundo trimestre de 1963 haveria um relaxamento na política monetária e em suas restrições, o que iria influenciar no caminho do Plano e seria um dos fatores de seu fracasso.

Ao observar o malogro de seu plano econômico, Jango tenta salvar a credibilidade dese governo com uma reforma ministerial, já mencionada. Nesta reforma assume a pasta do Ministério da Fazenda o ex-governador de São Paulo, Carvalho Pinto, um homem ligado à burguesia industrial paulista e que tinha por missão dar um novo fôlego à estabilização econômica. A escolha de Carvalho para a pasta revela a busca por maior flexibilidade e maior sensibilidade no atendimento das demandas, porém, um político conservador, que garantiria a tranquilidade aos mercados e ao empresariado nacional e estrangeiro (FONSECA, 2004, p. 13).

Ao assumir, Carvalho Pinto apresentou o cenário econômico, destacando que a inflação do período já estava acima do esperado para o ano todo pelo Plano Trienal, mesmo com os esforços anteriores para controlá-la. No campo monetário, o crédito para as empresas estava abaixo do esperado, o que poderia afetar negativamente a produção industrial, assim, havia o comprometimento com o controle da expansão dos meios de pagamentos, mas não deixando de flexibilizar créditos para os setores que pudessem reverter os em produção rapidamente e, não deixando de lado, a defesa da reforma bancária que seria promovida pelo governo. Na parte fiscal, o déficit governamental seria maior do que aquele apresentado pelo Plano - Cr\$ 300 bilhões, isto em consequência de despesas inesperadas em face de empréstimos aos setores afetados pela crise conjuntamente com a concessão de um aumento salarial maior do que o planejado, contribuindo para aumentar as despesas e a previsão de déficit para Cr\$ 400 bilhões (ALMEIDA, 2010).

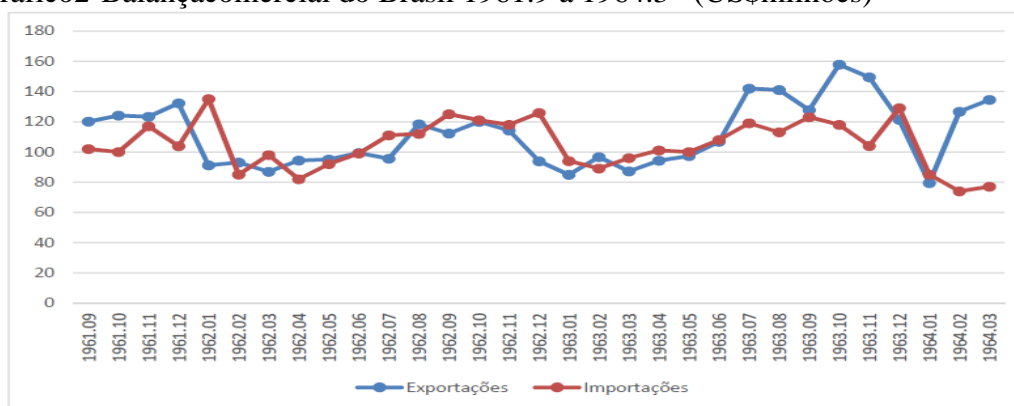
Cogitava-se, também, a necessidade de uma reforma tributária para tornar o sistema mais moderno, capacitando os órgãos responsáveis pela arrecadação e criando um sistema de distribuição mais integrado e preocupado com as questões econômicas e sociais. No

que dizrespeito à crise cambial, esta estava se agravando em decorrência da desvalorização de trintapor cento ocorrida em abril,e que visava aproximar o câmbio oficial da taxa cobrada no mercado negro, mas que estava gerando aumentos no custo de vida da população (SKIDMORE, 1982).

Com relação ao pagamento da dívida externa para os próximos três anos, este estavacomprometido, assim como, os royalties e remessas de lucros, que estavam impactandonegativamente nas contas externas. Conforme Mesquita (1992), o ministro argumentavaque até 1965, o país deveria gastar US\$ 1,8 bilhões, mais de 40% da receita esperada comexportações, no serviço da dívida externa, o que exigiria uma compressão insustentável dasimportações. E os investimentos externos no país só iriam retornar quando o Brasil voltasse àestabilidade econômica, independente das negociações sobre a dívida ou intenso controlesobre a balança comercial, mantendo-a positiva. A credibilidade da política econômica brasileira estava em baixa no exterior, os investidores estavam a par da grande crise políticapela qual o país estava passando e como esta estava influenciando a economia e suas variáveis.

As medidas adotadas, então, pelo ministro foram na área cambial sobre a intensificação do controle sobre o mercado e, mesmo o câmbio não sendo desvalorizadas, as exportações aumentara. Assim como os termos de troca, isto por conta da melhora no financiamento das exportações, pela concessão de benefícios para exportadores e a prioridade na importação de matérias-primas industriais. Pode-se observar no Gráfico 2 o comportamento da balança comercial brasileira para o governo de Goulart, que se estende de setembro de 1961 a março de 1964. Neste período nota-se uma tendência flutuante nas variáveis, com superávits e déficits por todo o período, mas ao final do governo verifica-se uma melhora nas exportações em decorrências dos motivos acima citados.

Gráfico 2-Balança comercial do Brasil 1961.9 a 1964.3– (US\$ milhões)



Fonte: Prado (2013).

No campo monetário, para não prejudicar a produção industrial, Carvalho Pinto, afrouxa o crédito, aumenta os meios de pagamento, porém, foi um aumento coordenado, o que o governo demonstra através da reação do ministro perante a tentativa de aumentar os limites dos descontos em algumas agências bancárias por parte do Conselho de Descontos. E através da Instrução 255 da SUMOC, o governo tem a meta de captar recursos para o setor público, retirando a liquidez do setor privado e satisfazendo novas demandas de crédito, para tal o Banco do Brasil iria emitir letras com o prazo de 180 dias e juro zero, o que iria fornecer o dinheiro necessário para investimentos estatais e combater a inflação, mas esta ação governamental sofreu grandes críticas dos bancos privados. Por sua vez, na política fiscal, os déficits do governo aumentaram em função dos aumentos concedidos aos funcionários públicos e da maior flexibilidade da política. A reforma tributária não foi adiante, assim como a reforma bancária, pois foram encobertas pela tensão gerada no Congresso por conta da polêmica reforma agrária, que estava em discussão, mas os partidos conservadores votaram contra o projeto e vetaram-no no plenário, conforme Almeida (2010, p. 149).

Com o afrouxamento da política monetária restritiva, os meios de pagamento e as bases monetárias se expandiram 64,6% e 70,1%, respectivamente. As exportações cresceram tanto pela expansão dos preços como das quantidades e as importações permaneceram estáveis, as mercadorias e serviços melhoraram o saldo, assim como, as transações correntes, refletindo num avanço do balanço de pagamentos, mesmo que deteriorado, como podemos ver na Tabela 6.

Tabela 6-Balanço de pagamentos do Brasil, 1961-1964 (milhões de US\$).

Especificação	1961	1962	1963	1964
A. Balança comercial	113	-89	112	344
Exportação (FOB)	1405	1215	1406	1430
Importação (FOB)	1292	1304	1294	1086
B. Serviços	-350	-339	-269	-259
Transportes e seguros	-83	-84	-100	-73
Rendas de capitais	-145	-136	-87	-131
Juros	-114	-118	-87	-131
Lucros e dividendos	-31	-18	0	0
Outros serviços	-122	-119	-82	-55
C. Mercadorias e serviços (A+B)	-237	-428	-157	85
D. Transferências	15	39	43	55
E. Transações correntes (C+D)	-222	-389	-114	-140
F. Capitais	288	181	-54	82
Investimento direto líquido	108	69	30	28
Empréstimos e financiamentos (médio e longo prazos)	579	325	250	221
Capitais de curto prazo	0	0	0	0
Amortizações	-327	-310	-364	-277
Outros	-72	97	30	110
G. Total (E+F)	66	-208	-168	222
H. Erros e Omissões	49	-138	-76	-218
I. Superávit (+) ou déficit(-)	115	-346	-244	4
J. Demonstrativo de resultados	-115	346	244	-4
FMI	40	-18	5	-28

Fonte: Prado 2013.

Mas apesar de todos os esforços para combater o processo inflacionário, os índices de preços mantiveram-se em alta, isto em face dos diversos choques de preços verificados ao longo do ano, como o aumento do salário mínimo, a retirada dos subsídios ao trigo e ao petróleo e o aumento das tarifas públicas, inclusive, a imposição do controle de preços pelo Plano Trienal deve ter o impulsionado também. A inflação no primeiro trimestre de 1963 foi bem maior do que a apresentada no primeiro semestre de 1962, dificultando as metas do governo para o déficit público e para a política monetária. O aumento da inflação explica-se, principalmente, com base em Almeida (2010, p. 152), por esses choques sobre uma economia oligopolizada em que os mecanismos de propagação tendem a aumentar o impacto das pressões inflacionárias. No Quadro 3 mostra-se como a inflação aumentou no período de 1961 a 1964.

Quadro 3- Taxa de inflação no Brasil, 1961-1964 (%)

Ano	Taxa de Inflação em %
1961	47,7
1962	51,3
1963	81,3
1964	89,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; elaboração própria

Se observar o PIB real brasileiro, o crescimento deste foi o menor desde a II Guerra

Mundial, 0,6 no ano de 1963, este resultado pode ser explicado por três fatores, como destaca Almeida (2010, p.152), em primeiro lugar, a interferência de fatores conjunturais, como uma seca prolongada que gerou uma das piores crises energéticas desde o pós-guerra, impactaram a economia. Em segundo lugar, a tendência a desaceleração continuava e tendia a deprimir ainda mais o crescimento. Por fim, uma política econômica, em uma aceleração inflacionária, teve um efeito depressivo sobre a atividade econômica maior do que os esquemas de estabilização anteriores.

Galvão assume com uma conjuntura econômica totalmente deteriorada, como apresentado acima, e em uma tentativa extrema, em fevereiro de 1964, recorreu a uma política cambial heterodoxa, misturando câmbio fixo para produtos essenciais, como café, petróleo, trigo, papel para a imprensa e equipamentos para a indústria petrolífera, em que o dólar foi mantido no patamar que vigorava anteriormente, coexistindo com o câmbio flutuante para os demais produtos (Fonseca, 2004). Entretanto, qualquer política de estabilização estava fadada ao fracasso diante da crise política que se arraigava no país, assim como, o mandato de Ney Galvão no Ministério da Fazenda.

3.3 Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social

O Plano Trienal foi elaborado por Celso Furtado e lançado em dezembro de 1962. Apresentado por João Goulart antes mesmo do plebiscito que iria definir o destino do governo, porém, executado já no período presidencialista, o Plano era definido como uma estratégia de estabilização e desenvolvimento, com as reformas de base, e muitos acreditavam que o programa de Furtado iria dar início a solução dos problemas socioeconômicos do país (ALMEIDA, 2010).

Celso Furtado tinha surgido como líder de uma geração mais jovem – nascido em 1920 – que queria mudanças rápidas nas antiquadas estruturas do Brasil, conforme Skidmore (1982). Como superintendente da SUDENE atraiu a atenção por ser um tecnocrata que buscava através de uma intensa campanha acabar com o ciclo de miséria no nordeste brasileiro, a área mais atrasada do país, como membro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e, envolvido no governo, como ministro extraordinário do Planejamento no terceiro gabinete parlamentarista. Para entender as políticas de estabilização propostas por Furtado, deve-se ter em mente as causas e possíveis soluções para a inflação – o ponto central do desequilíbrio econômico, defendidas pelas correntes

ideológicas mais fortes à época: estruturalistas e monetaristas, e a qual corrente o Plano se vinculava.

Para os monetaristas, tudo levava a crer que a inflação era um problema de comportamento irracional das autoridades que detinham o poder de decidir a quantidade de moeda que seria colocada no mercado. Todavia após análises, esta corrente conclui que a inflação era de demanda, isto em decorrência dos gastos governamentais excessivos, da expansão do crédito privado e dos controles cambiais que influenciavam nas exportações e causavam um crescimento da demanda por produtos que ia além da capacidade produtiva, considerando que esta não estava ociosa (SILVA, 1992).

Os estruturalistas consideravam a inflação como um fenômeno inerente as estruturas de um país subdesenvolvido, ocorrendo em consequência dos pontos de estrangulamento que acompanham o desenvolvimento dos países periféricos. O primeiro passo para o diagnóstico da inflação seria separar as pressões inflacionárias dos mecanismos de propagação, pois argumentavam que os mecanismos não constituíam uma causa, apenas poderiam manter o processo, e as pressões inflacionárias, ligadas ao subdesenvolvimento da economia, surgiam a partir das limitações, rigidez e inflexibilidade do sistema econômico, dos quais podem ser citadas, com base em Silva (1992, p. 96),

“o estrangulamento da oferta agrícola; o estrangulamento do setor externo, que se reflete na crise recorrente do balanço de pagamentos; as deficiências na taxa de formação de capital; e um sistema tributário insuficiente para responder as necessidades do desenvolvimento e, além disso, de caráter regressivo.”

O Plano Trienal seria um esforço conjunto entre medidas ortodoxas e restritivas, de cunho monetarista, para conter os gastos públicos e a demanda, diminuindo as pressões inflacionárias em decorrência da estagnação no processo de substituição de importações e levando a estabilidade, conjuntamente, com a realização das reformas de base, medidas estruturalistas para alterar os pontos de estrangulamento da estrutura social, política e econômica vigente no país. E, assim, promover o desenvolvimento social unido a estabilidade da economia brasileira, mantendo o Estado um papel determinante de regulador e promotor das políticas. (SILVA, 1992).

O plano buscava conciliar objetivos conjunturais e estrutural - visando a estabilidade, a industrialização e as reformas de base, por conta, as medidas que seriam implantadas assentavam-se em duas linhas distintas. A primeira diz respeito às ações de curto prazo que tinham por objetivo a sustentação do crescimento econômico e ao controle do processo inflacionário por meio da política econômica. Enquanto a segunda linha referia-se as medidas estruturais, de longo prazo, que propunham um novo direcionamento para a economia

(Moreira,2011). E dentro destas duas linhas de tempo, conforme Furtado na síntese do Plano Trienal (1962) *apud* Munteal, Ventapane e Freixo (2006, p. 51), a política de desenvolvimento visava os seguintes objetivos básicos:

1. Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional combatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam, na época presente, o povo brasileiro. Essa taxa foi estimada em 7 por cento anual, correspondente a 3,9 por cento de crescimento *per capita*.
2. Reduzir progressivamente a pressão inflacionária, para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços, cujo incremento não deverá ser superior, em 1963, à metade do observado no ano corrente. Em 1965 esse incremento deverá aproximar-se de 10 por cento.
3. Criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com taxa pelo menos idêntica à do aumento da produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida.
4. Intensificar substancialmente a ação do Governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica, e da saúde pública, a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento e de permitir o acesso de uma parte crescente da população aos frutos do progresso cultural.
5. Orientar adequadamente o levantamento dos recursos naturais e a localização da atividade econômica, visando a desenvolver as distintas áreas do país e a reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem com isso aumentar o custo social do desenvolvimento.
6. Eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional, responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos. Dentre esses obstáculos de ordem institucional, destaca-se a atual estrutura agrária brasileira, cuja transformação deverá ser promovida com eficiência e rapidez.
7. Encaminhar soluções visando a refinar adequadamente a dívida externa, acumulada principalmente no último decênio, a qual, não sendo propriamente grande, pesa desmesuradamente no balanço de pagamentos por ser quase toda a curto e médio prazo. Também se tratará de evitar agravação na posição de endividamento do país no exterior, durante o próximo triênio.
8. Assegurar ao governo uma crescente unidade de comando

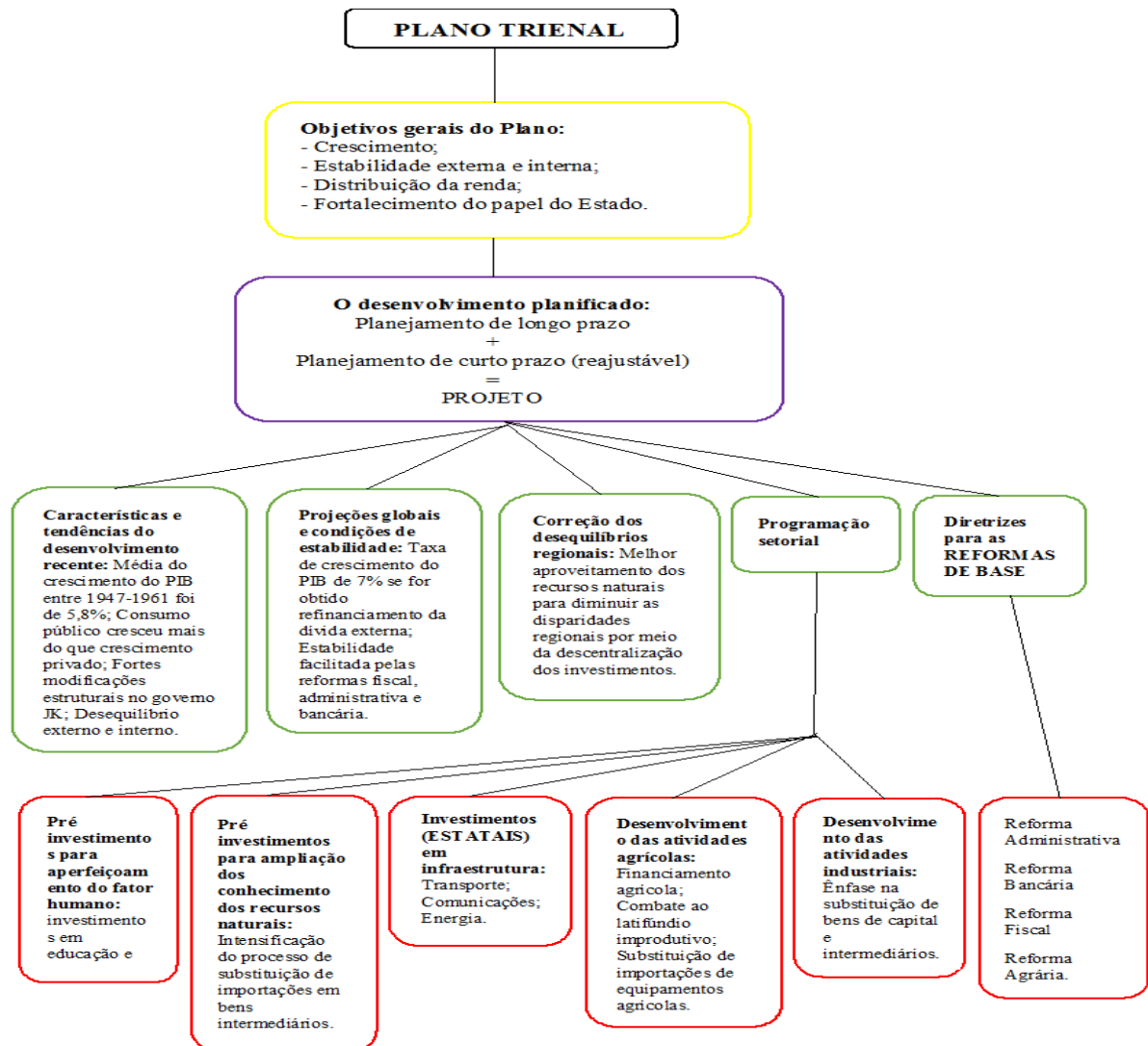
Os investimentos planejados para o conjunto da economia, durante o triênio de implantação do plano, seriam de cerca de 3,5 trilhões de cruzeiros, aos preços de 1962. E durante este período a produção agrícola deveria aumentar em mais de 18 por cento, o que iria permitir o crescimento da oferta de alimentos em 2,6 por cento per capita. Enquanto a produção industrial aumentaria algo em torno de 37 por cento, ou seja, mais de 11 por cento por ano. E as modificações estruturais dentro do setor industrial continuariam com intensidade, os bens intermediários iriam ter uma maior participação na economia nacional, assim como, a indústria de base contribuiria com mais de 70 por cento dos bens de capital de que necessitava a produção brasileira à época (MUNTEAL; VENTAPANE; FREIXO, 2006).

Como primeiro objetivo havia a necessidade de manter uma taxa de crescimento do PIB em torno de 7%, continuando com a tendência da década anterior. Para atingir a meta foi proposto um programa de investimento, mas que ficou aquém do desejado. O segundo objetivo iria tratar da estabilidade econômica, a busca pela redução da taxa de inflação e dos

desequilíbrios no setor externo e no setor público, que segundo o Plano eram os causadores das pressões inflacionárias. No setor externo seria em função da deterioração dos termos de troca que obrigava o país a realizar permanentes modificações estruturais na oferta interna para substituir as importações, o que gerava desequilíbrios em cadeia na economia.

Paralelamente aos objetivos apresentados, o Plano Trienal abordava o tema das Reformas de Base. As reformas iriam aliviar os pontos de estrangulamento na estrutura econômica e social que impediam o retorno do desenvolvimento ao país e acabaram por setornar o tema dominante na política brasileira durante os dois anos do governo Goulart, mas não porque eram o assunto principal dos comícios públicos, da pregação da esquerda, da imprensa ou dos discursos partidários e, sim, por serem necessárias para livrar o país dos gargalos estruturais.

Figura 1- A Estrutura do Plano Trienal



Fonte: MOREIRA (2011)

A estrutura tradicional da sociedade brasileira tem se alterado, segundo Munteal, Ventapane e Freixo (2006, p. 147), em face da industrialização e oadvento da consciência nacional e popular. E os desequilíbrios internos estavam sendoagravados pelo modo como o desenvolvimento estava se realizando, priorizando a iniciativaparticular e o capital estrangeiro.

O presidente entendia as necessidades do país pelas reformas e para realizá-las iriaprecisar de modificações na Constituição. Estas mudanças estruturais seriam o maior objetivo de Goulart durante seu governo, colocando que estas proporcionariam a independência econômica do Brasil e com as quais poderia ampliar a sua base de sustentação política. As reformas possuíam um caráter social, redistributivo e estatizante e podem serpercebidas quando se relacionam algumas propostas: a)limites ao capital estrangeiro; b)estatização de empresa e intervenção estatal; c) descentralizar os investimentos; d)fortalecimento do mercado interno; e)incentivo a pequena e média empresa nacional; f)maiores investimentos em áreas sociais; e g)melhorias salariais e na distribuição de renda,(MOREIRA,2011, p. 262).

A primeira reforma que deveria ser concebida e anteceder todas as outras, era ReformaEleitoral. Isto em decorrência do Congresso que não votava as reformas por ser constituídoem sua maioria por membros das classes dominantes e cujos interesses iriam ser contrariadospelas mudanças que as reformas iriam proporcionar. A reforma eleitoral vinha em defesa de um processo democrático, assim, pretendiadiminuir a influência do poder econômico sobre as eleições com a finalidade do poder políticoser uma expressão legítima dos interesses populares e não da minoria dominante(MUNTEAL; VENTAPANE; FREIXO, 2006).

Outra reforma abordada pelo Plano foi a Reforma Administrativa. Esta reforma iriaproporcionar uma mudança nas estruturas política e administrativas arcaicas e herdadas dos tempos coloniais, para que os objetivos do desenvolvimento pudessem ocorrer. Para Munteal, Ventapane e Freixo (2006, p. 152), os principais compromissos dodesenvolvimento e da independência econômica do país deveriam ser realizados peloEstado enão pela iniciativa privada. Isto porque o Estado teria as condições e recursos para conheceros principais problemas do país e propor um plano de desenvolvimento para solucioná-los. A Reforma Tributária viria para dotar o país de um sistema justo dearrecadação, pois esta sobrecarregava principalmente as classes populares, e aumentar as receitas provenientes de tributos, a fim de gerar recursos para o Estado promover o desenvolvimento e as reformas tão necessárias. Ela

deveria ser orientada pelos critérios do desenvolvimento e das reformas de base, com o objetivo de corrigir o processo de arrecadação, resolvendo o problema orçamentário e aumentando os recursos do Estado, elevando os tributos sobre as classes ricas e reduzindo sobre as classes populares, assim propiciando ao país o desenvolvimento e a independência econômica que eram tarefas do poder público.

Com relação à Reforma Agrária, Munteal, Ventapanee Freixo (2006, p. 157), esta seria realizada para amenizar os desequilíbrios entre o setor industrial e o setor agrícola. Quando se inicia o processo de industrialização em um país subdesenvolvido, este não possui condições de concorrer no mercado internacional com os países altamente industrializados e tecnológicos, conseqüentemente, no Brasil, para que o processo de desenvolvimento continuasse era necessário um mercado consumidor interno, e para isto, seria necessária a inclusão dos milhares de camponeses que viviam no campo e quase não tinham acesso ao dinheiro. Assim, a reforma agrária iria proporcionar um aumento da população consumidora, mas também, iria proporcionar a população rural uma melhoria de vida, pois não seria mais admissível que milhares de brasileiros vivessem em condições de miséria e ignorância.

Além das mencionadas reformas, o plano trazia as reformas: cambial, bancária, educacional, com ênfase nas séries iniciais e nas pesquisas científicas.

Portanto, para desenvolver as áreas acima, o governo tinha que realizar as reformas de base, aprovando os projetos no Congresso. Assim, a verdade, para Silva (1992, p. 138), é que o Plano pouco poderia fazer com relação às reformas, em face de sua implantação depender de outra instituição, não do próprio governo.

3.3.1 Dificuldades do Plano Trienal

O Plano Trienal antes mesmo de ser implantado já causava controvérsias e reações dentro do sistema partidário. Isto por conta da reforma administrativa que deveria ocorrer para que a estratégia de estabilização e desenvolvimento pudesse ser executada amplamente. A reforma administrativa tinha por objetivo levar a uma maior racionalização das instituições públicas e, com isso, aumentar a eficácia da intervenção estatal na economia. Era um dos requisitos para a completa implantação do Plano. E para atingir os objetivos previstos, dever-se-ia alcançar, previamente, uma maior integração entre as autoridades monetária e constituir um órgão de planejamento, pois quanto mais amplo e sistemático o plano, maior tende a ser a necessidade de um monopólio governamental sobre as decisões, objetivos e instrumentos de política econômica (IANNI, 1996).

O Plano foi elaborado para encontrar respostas para a conjuntura de deterioração externa e aceleração do processo inflacionário, o que iria promover a aproximação de Goulart com os segmentos da classe média e o empresariado, ampliando sua base de apoio já pensando em aprovar as reformas estruturais no Congresso. A dificuldade na sua implantação, para Mesquita (2010, p. 14), residia no fato de que as medidas necessárias de contenção da demanda e reorientação do padrão de consumo e produção encontravam forte resistência na base sindical e parlamentar de apoio ao governo.

As Reformas de Basenão obtiveram ênfase necessária no período, sendo timidamente tratadas no Plano e, assim, não foram alvo de grandes reações. Não que a reforma agrária não tivesse causado debates, mas estes só tomaram as devidas proporções quando o Plano já havia fracassado.

Mas esta corrente estrutural não deixou de fazer críticas a incoerência da política tributária dos monetaristas, pois esta possuía medidas de caráter distributivo de renda, mas que iria difundir o excedente dentro da própria classe que o detinha, sem um efeito sobre a classe trabalhadora, conforme Miranda (1979, p. 77). Isto sem considerar o corte nas políticas de subsídios promovidas pela reforma cambial, que aumentava ainda mais o custo de vida da população e era um dispositivo que regredia na distribuição de renda. Assim, no tocante a parte de estabilização, o Plano se fazia monetarista e na parte das reformas, tinha o cunho estruturalista, mas estas não convergiam.

Uma das políticas que causou mobilizações na sociedade e grandes críticas ao Trienal foi o tratamento que este pretendia dar ao capital estrangeiro, sendo a renegociação da dívida e a entrada de novos investimentos externos no país uma condição essencial para o amlinhar do Plano. Portanto, eram necessárias novas negociações com os Estados Unidos e com o FMI e uma disposição por parte do governo brasileiro para conceder benefícios que iriam desagradar os setores nacionalistas da sociedade.

No entanto, o governo norte-americano não estava disposto a ajudar, isto em face da deterioração no sistema político presente no país, e a tendência para a esquerda apresentada pelo presidente a pretender executar a Lei da Remessa de Lucros e continuar com uma política externa independente. Para os Estados Unidos o que realmente condicionava seu apoio ao Plano Trienal eram as políticas anti-inflacionárias para estabilizar o país, uma condição necessária para o crescimento.

Quando as negociações acabaram e o novo financiamento ficou condicionado ao sucesso das negociações com os demais organismos credores do país e a eficiência das políticas restritivas do Plano, ocorre uma reação e junção da esquerda nacionalista no Brasil. A Frente Parlamentar nacionalista (FPN), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral

dos Trabalhadores (CGT) e as demais organizações que antes defendiam o governo e seus ideais passaram a atacá-lo argumentando que este apresentava políticas a favor do imperialismo (MIRANDA, 1979).

Assim, como observa Silva (1992, p.172), tanto o anticomunismo quanto o nacionalismo radical não estavam realmente interessados em analisar o Plano Trienal e não puderam perceber que era algo mais que uma simples estratégia de estatização ou uma conciliação com o imperialismo. E, ainda com base no autor, o Plano, embora pudesse abordar o sonho da autonomia estatal e do desenvolvimento econômico, foi vítima de sua própria objetividade e realismo político. Outro conjunto de reações que contribuíram para a inviabilidade do programa de estabilização e desenvolvimento foram àquelas contrárias às políticas restritivas. Era previsto pelo Plano Trienal um teto para o aumento dos salários dos funcionários públicos, a eliminação dos subsídios e restrições ao crédito privado. Tais medidas eram criticadas por ir contra os interesses dos grandes grupos corporativistas. Silva (1992, p. 174) apresenta que as reações dos demais grupos só tiveram êxito em decorrência do fator dos empresários e trabalhadores terem uma predisposição para ir contra todas as medidas que lhe imponham sacrifícios econômicos, como era o caso.

Observa-se no Quadro 4 uma comparação entre os objetivos do Plano quando este foi elaborado e seus resultados. Nota-se que o crescimento esteve abaixo do esperado, enquanto a inflação ficou muito acima.

Quadro 4 – Objetivos e consequências do Plano Trienal, Brasil -1963

Objetivos	Resultados
1. Crescimento de 7% ao ano;	a) Crescimento de 0,6% no ano de 1963;
2. Reduzir a inflação para 25% em 1963;	b) A taxa de inflação alcançando o nível de 78%;
3. Melhorar a distribuição dos benefícios do desenvolvimento	c) Manifestações contra os "baixos" reajustes salariais dados pelo governo ao funcionalismo público e contra o processo inflacionário que corrompia o aumento do salário mínimo;
4. Intensificar a ação estatal em diversos setores;	d) O empresariado insatisfeito com as restrições ao crédito impostas pelo Plano;
5. Amenizar as desigualdades regionais;	e) Falta de credibilidade do Plano perante o FMI, dificultando o financiamento deste;
6. Modernizar o setor produtivo;	f) Dificuldades para implantar as reformas de base em decorrência do conservadorismo do Congresso.
7. Renegociar a dívida externa;	g) aumento da dívida externa
8. Assegurar ao governo uma unidade de comando crescente.	h) forte oposição tanto da esquerda, quanto da direita.

Fonte: Prado 2013.

Ianni (1996, p. 218) aponta que o Plano não pode ser executado porque as divergências entre o Legislativo e o Executivo se aprofundavam. Isto em face dos interesses

do Legislativo estarem vinculados com a sociedade agrária, favorecendo a economia primária exportadora. Enquanto o Executivo se comprometia com os setores industrial e financeiro e seus membros eram políticos, administradores, técnicos e economistas que possuíam um conhecimento técnico-científico adquirido no ambiente urbano e de industrialização.

Portanto, o plano não possuía uma base de apoio. Sem o apoio presidencial e com tantas reações adversas por parte dos setores da sociedade, um divórcio entre o Legislativo e o Executivo que dificultava sua integração para aprovar as medidas necessárias, com resultados econômicos negativos e um processo de substituição de importações esgotado, tornou-se impossível salvar o Plano Trienal no início de junho de 1963 (PRADO, 2013).

3.4 Golpe de 1964 e o fim das reformas de base

Enquanto o governo tentava se reorganizar, as entidades civis à esquerda – o Comando Geral dos Trabalhadores, as ligas camponesas e a união Nacional dos Estudantes – se uniam na defesa de um governo democrático e na busca pelas reformas de base, lançando um ambicioso programa de mobilização política. Assim como, os conspiradores militares aumentaram seus esforços para conquistar aqueles oficiais que eram a favor da legalidade e os movimentos de oposição como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), mostravam-se mais fortes e organizados, planejando uma eficiente e intensa campanha em prol da defesa do país contra o comunismo de João Goulart e as mudanças estruturais propostas que iriam alterar o status de classe dominante. Isto conjuntamente com a imprensa e a Igreja que possuíam alcance nacional e influenciavam em todas as classes urbanas ou rurais. Como coloca Skidmore (1982, p. 299), nesta época o consenso público no Brasil se desintegrava, os grupos extremos proclamavam sua descrença na política democrática. E a experiência de João Goulart com a esquerda moderada servira apenas para fortalecer o processo de mobilização e polarização.

No dia 4 de outubro, o presidente envia ao Congresso uma mensagem solicitando o decreto de estado de sítio pelo prazo de 30 dias, a justificativa seria a necessidade de o Executivo obter poderes especiais para conter a grave comoção com caráter de guerra civil que colocavam em perigo as instituições democráticas e a ordem política. Porém havia a desconfiança da esquerda que via este ato como uma afronta a liberdade, quanto à direita que desconfia que João Goulart estava tramando um golpe de Estado.

Jango, com repúdio a esquerda positiva, sinaliza para a esquerda radical, a qual já havia colocado que a única solução para os conflitos governamentais seria vincular-se de

forma definitiva com os setores populares e progressistas, efetivando as reformas de base e evitando o golpe. Mas tendo adotado uma política de se deixar levar no final de 1963, desmoralizado e desacreditado pelo centro e pela esquerda moderada, o presidente passou a usar um discurso mais teatral no início de 1964, voltando-se efetivamente para a esquerda radical. Com isso, a reforma agrária voltou a ser o centro do ideário janguista e o decreto que colocava em prática a Lei das Remessas de Lucros foi assinado. Para a direita brasileira e para a embaixada norte americana não havia mais dúvidas quanto à “esquerdização” do governo de Goulart, assim como, a tomada do poder pelos comunistas (SKIDMORE,1982).

O primeiro comício, de uma série que deveria ocorrer em todo país, foi realizado no dia 13 de março de 1964 na Guanabara e foi organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores e pela assessoria sindical do presidente. João Goulart então discursou e atacou a democracia dos monopólios nacionais e internacionais, as associações de classes conservadoras, a mistificação do comunismo, os benefícios dos proprietários de terras, entre outros. Ao final anunciou a promulgação de dois decretos: o da nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras (com mais de 100 hectares) que ficavam ao lado das rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos, mas tais decretos não teriam grandes efeitos. Mas, de fato, o dia 13 pode ser considerado um marco decisivo na história política do país, mesmo representando o último ato da democracia antes do regime autoritário (TOLEDO,1986).

À direita, os militares e o centro pró-legalidade foram convencidos de que o presidente deixara de acreditar no processo democrático. São organizadas, então, manifestações civis para demonstrar o desagrado da classe média urbana com o governo. Em São Paulo realizou-se, no dia 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo cerca de 500 mil pessoas. Estas manifestações não contavam com a participação popular e de trabalhadores, e sempre foram incentivadas pelos conspiradores militares (SKIDMORE,1982).

O estopim para a data ser marcada foi uma nova revolta nas Forças Armadas, chamada Revolta dos Marinheiros, na qual um grupo de mais de 1000 marinheiros e fuzileiros navais se reuniram para comemorar o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que era proibida. Para conter a manifestação foram enviados fuzileiros navais, mas estes ao chegarem ao local na Guanabara, se solidarizaram com os manifestantes. Estes foram convencidos a se entregarem e foram presos, mas logo foram anistiados pelo ministro da Marinha. O ato de anistia foi denunciado por organizações dentro das Forças Armadas, pois um ato de indisciplina não poderia ser acobertado pela autoridade

constituída, ferindo a hierarquia dentro da ordem. E o general Castello já havia dito que a demissão do ministro da Marinha seria a senha para depor Jango, deste modo, a data estava marcada: 2 de abril de 1964. E como se quisesse dar mais um motivo para o golpe, Jango vai a uma reunião no dia 30 de março no Automóvel Clube e num discurso transmitido por rádio e televisão, faz uma denúncia sobre as pressões que estava sofrendo e coloca que o golpe estava sendo financiado pelo imperialismo e pela burguesia associada, o discurso tinha o tom de despedida (TOLEDO, 1986).

Na manhã do dia 1º de abril, Jango viu que sua situação era insustentável, e tomou um avião com destino a Brasília na esperança de resistir, a qual encontrou insustentável, e poucas horas depois continuou sua fuga em direção ao Rio Grande do Sul, recusando-se a autorizar uma resistência, e, após, se isolando no Uruguai. E naquela mesma noite de 1º de abril, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência do país (SKIDMORE, 1982).

Na opinião de Santos (1986, p.81):

“A intervenção militar de 1964 mudou ilegalmente as regras do jogo, excluiu vários atores do cenário político e procedeu à montagem das reformas institucionais que deram impulso ao recém-criado regime autoritário, sendo a intervenção uma consequência da fragmentação e radicalização dos partidos, da polarização ideológica e da falta de uma coalizão partidária para dar estabilidade ao governo.”

Assim, o governo de João Goulart foi uma tentativa, interrompida pela ação militar, de retornar ao nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas, onde o Estado e o capital nacional conduziram o desenvolvimento brasileiro. Neste aspecto era colocado em cheque o modelo de internacionalização da economia proposto por Juscelino nos anos anteriores (PRADO, 2013).

3.5 Síntese dos acontecimentos políticos e econômicos no Governo de João Goulart

Os Quadros 5 e 6 apresentados sintetizam os principais fatos ocorridos durante o Governo presidencialista de João Goulart e que, conjuntamente, desencadearam a Golpe Militar de 1964.

Quadro 5-Os acontecimentos políticos durante o governo presidencialista de João Goulart no Brasil, 1963 a 1964.

Com uma vitória esmagadora do presidencialismo no plebiscito de 1963, Jango então, passa a ter todos os poderes que a Constituição de 1946 outorgava ao ocupante do cargo de presidente da República.

Mas ocorreu uma movimentação envolvendo a política e suas ideologias em diversos setores da sociedade. De um lado podemos citar os trabalhadores urbanos e rurais, os soldados, os estudantes e de outro, os empresários, os militares, a Igreja.

De janeiro a junho de 1963, o presidente se dedicou a uma séria tentativa de minar os problemas nacionais como parte de seu plano.
O sistema partidário brasileiro, no período, acercou-se da condição de pluralismopolarizado,
As crises políticas ocorriam, também, em consequência das grandes contradições dogoverno, ao mesmo tempo em que agitava a bandeira do nacionalismo e das reformas.
Neste meio tempo, as entidades civis à esquerda se uniam na defesa de um governodemocrático e na busca pelas reformas de base,
O pedido de Estado de Sítio em outubro de 1963, provocando a desconfiança tanto adireita como a esquerda.
Jânio se volta para a esquerda radical e para as Reformas de Base.
Para conseguir o apoio da população, Jango realiza um Comício no dia 13 de março de1964 no Rio de Janeiro.
Entretanto, como reação a um discurso de Jango em 30 de março, as tropas do exércitomarcham para o Rio e o presidente, para evitar uma guerra civil, deixa o governo no dia 1de abril, sendo implantada a ditadura militar.

Fonte: Prado 2013.

Deste modo o Quadro 5 apresenta os principais ocorridos na esfera política, desde o plebiscitoem 1963 até o golpe em março de 1964. Abordando os temas da fragmentação partidária, aradicalização dos movimentos, a paralisação do Congresso e o isolamento político de Jango. Pode-se verificar o encadeamento dos episódios políticos que levaram aodesfecho de um governo autoritário e militar. O Quadro 6 apresenta os principais acontecimentos econômicos do governo de Goulart, entre os anos 1963-1964.

Quadro 6 Os acontecimentos econômicos durante o governo presidencialista de JoãoGoulart no Brasil, 1963 a 1964.

a) No início de 1963, com o governo presidencialista, começou a execução do Plano Trienal como medida econômica para solucionar os problemas da crise que já se arrastavam desde Jânio. Entre os objetivos estavam: assegurar um crescimento de 7% ao ano; reduzir a inflação ao patamar de 10% em 1965; criar condições para distribuir os frutos do desenvolvimento; intensificar a ação estatal em diversas áreas
b) Em decorrência das pressões sobre o governo por parte dos grupos que já não apoiavam o Plano, por terem que sacrificar seus ganhos em prol da estabilidade e desenvolvimento, e da crise política que se instalara no país, o Plano foi abandonado em meados de 1963.
c) Desde o malogro do Plano até o final do governo de João Goulart as políticas monetárias e fiscal tornam-se mais flexíveis, aumentando o crédito e os meios de pagamentos, que alcançaram 65% de expansão, e concedendo aumentos aos funcionários públicos. O PIB estava no nível mais baixo desde 1945, 0,6%, a inflação chegou a 8% no mês de janeiro de 1964 e um déficit governamental na casa dos 500bilhões de cruzeiros.

Fonte: Prado 2013

Soma-se a estes acontecimentos políticos, os relacionados à economia. NoQuadro 7,aborda os principais eventos econômicos, com a adoçãode um programa de estabilização e desenvolvimento conjuntos, mas que não perdura nem aomenos por um semestre, o que leva o presidente a voltar-se para as reformas e a radicalização, terminando seu governo com a

economia em um processo crescente de deterioração.

Quadro 7 – Indicadores macroeconômicos do Brasil, 1961-1964

Ano	Inflação (IGP) %	Produto Interno Bruto (PIB) %	Balança comercial (milhões de US\$)	Balanco pagamentos (em milhões de US\$)
1961	47,8	8,8	113	115
1962	51,67	6,6	-89	-346
1963	79,9	0,6	112	-244
1964	92,1	3,4	344	4

Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração própria

O governo de Goulart encaminha-se para o golpe com uma crise política e uma economia com desequilíbrios em todas as variáveis macroeconômicas - um PIB no limite do positivo, taxas de inflação e cambial em alta, o que aumentava o custo de vida e afetava toda a população, influenciando a produção e desestabilizando a indústria. E mesmo com melhoras na balança comercial e no balanço de pagamentos, não havia como negar a grande crise econômica pela qual o governo estava passando e que só poderia ser solucionada com uma política firme de estabilização (PRADO,2013).

4. NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO: SEGUNDO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E GOVERNO DE JOÃO GOULART

Neste capítulo será abordado os projetos nacionalista de Vargas e Goulart para o desenvolvimento do Brasil nas décadas de 1950 e 1960.

Na primeira seção será apresentado o projeto de Getúlio Vargas, com destaque para a criação de estatais em setores considerados de estratégicos para o desenvolvimento nacional. Na segunda seção iremos apresentar o projeto de João Goulart, tanto destaque para a tentativa de realizar as reformas de base, e a tentativa de implementação do plano TRIENAL. Na terceira parte serão analisadas as semelhanças e as diferenças entre os dois projetos, e o que deu certo e o que não vingou nestes projetos. Na quarta seção é realizada uma síntese sobre os dois governos.

4.1 Projeto Nacional Desenvolvimentista de Getúlio Vargas 1951-1954

As análises sobre o caráter desenvolvimentista do segundo governo de Getúlio Vargas dividem-se, basicamente, em dois grupos: aqueles que admitem ter existido um projeto de governo, nacional-desenvolvimentista e aqueles que negam a existência de um projeto de desenvolvimento nacional. Para o primeiro grupo, Vargas teria abraçado um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, exprimindo os objetivos da burguesia industrial em associação com os trabalhadores e parte dos segmentos médios urbanos visando promover a industrialização com base no capital nacional e no capital privado. Já autores como Carlos Lessa, José Luiz Fiori, Maria Celina Soares D'Araújo e Sérgio Besserman Vianna questionam a existência de um projeto de governo (Fonseca, 2011). Partindo da visão de Draibe (1985), afirmou-se que apesar da inexistência de um “plano”, com metas e diretrizes definidas e quantificadas – como havia sido o Plano Salte e os planos do Estado Novo – que houve sim planejamento por parte do Estado, sendo as diretrizes básicas do governo divulgadas nas mensagens anualmente enviadas ao Congresso Nacional, listando as realizações da política industrial e anunciando novas propostas. Nas palavras da autora:

“Embora a industrialização se tivesse colocado como meta e processo desde 1930, somente no início dos anos 50 se traçou, pela primeira vez de forma abrangente e incisiva, uma alternativa global de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, integrando seus aspectos mais substanciais num grau de harmonia e compatibilidade. Definiram-se, ao mesmo tempo, um programa de desenvolvimento capitalista da agricultura, um bloco integrado de inversões visando à industrialização pesada, um projeto de desenvolvimento urbano e de vinculações orgânicas entre o campo e as cidades e, finalmente, uma concepção de “integração” das massas trabalhadoras urbanas no processo de desenvolvimento, através de políticas específicas de bem-estar social. (...) A “novidade” introduzida pelos dirigentes políticos que assumiram em 1951 foi a de que pela primeira vez, de modo explícito, integrado e compatibilizado, essas questões foram equacionadas e pensadas como constitutivas de um todo orgânico, superando o modo fragmentado e parcial com que haviam sido tratadas até então.” (Draibe, 1985, p.182-183).

O modelo de desenvolvimento do segundo governo Vargas continuou a se caracterizar por desenvolvimento industrial, nacionalismo, dirigismo estatal e aproximação com o capital estrangeiro. Fonseca (2004) aponta que o projeto baseava-se na concepção de que o desenvolvimento se faria com base na articulação de um tripé: empresa pública, empresa privada nacional e capital internacional.

Nesse período processou-se uma reestruturação do Estado, com a criação de novas

agências voltadas para a formulação de políticas econômicas, como a Assessoria Econômica da Presidência da República e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI). Com elas firmava-se a concepção de um Estado ativo na formulação e execução de políticas econômicas, cujo papel não podia ficar restrito às injunções externas. Desenvolvimento era a palavra de ordem dos anos 1950, assim como, nos setores getulistas e de esquerda, o nacionalismo era a linha-mestra.

A política econômica do governo envolvia um Plano de Reparcelamento Econômico e um programa industrial com a formulação de várias políticas setoriais. No campo da infraestrutura foram criados o Fundo Rodoviário Nacional, cujo objetivo era aumentar a malha rodoviária do país, e o Plano Nacional do Carvão, visando à produção de energia por meio da modernização dos processos de extração e beneficiamento do minério. Formulou-se também uma política de aparelhamento de portos e ferrovias, criou-se o Fundo Nacional de Eletrificação e a propôs-se a criação da Eletrobrás, que só seria aprovada em 1961. Os pontos altos foram à criação da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), (D'ARAUJO,1985).

Criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Banco do Nordeste. Além disso, foram criadas várias autarquias visando ao desenvolvimento agrícola e à colonização do país, como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Comissão Nacional de Política Agrária, o Serviço Social Rural, embrião tímido de uma assistência ao trabalhador do campo, e a Subcomissão de Jeeps e Tratores(FONSECA, 2004).

Como pano de fundo para a política de desenvolvimento, foi criado o BNDE, uma das mais expressivas agências de fomento que o país conheceu e que foi resultado de uma demanda da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. A Comissão, por sua vez, foi criada em 1951 para estudar as exigências técnicas e legais para que o Brasil pudesse formular e implementar projetos prioritários nas áreas de energia, transporte e agricultura (FONSECA,1989).

Na vertente nacionalista, em janeiro de 1952 o governo reformulou a lei de remessa de lucros, limitando em 10% o envio dos lucros das companhias estrangeiras para o exterior. Vargas voltaria a insistir nesse ponto e, em novembro de 1953, estabeleceu nova lei para lucros extraordinários. Ao fazê-lo, argumentava: "Em vez de os dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e emigrando(VIZENTINE,1994).

D'Araujo (1985) aponta que Getúlio se movia por um difícil caminho entre autonomia e cooperação internacional. O Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, de março de 1952, é

um exemplo disso. Por ele os Estados Unidos se comprometiam a fornecer equipamentos, materiais e serviços em troca de minerais estratégicos. A fragilidade tecnológica e científica do país era enfrentada através da criação, por exemplo, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes).

Durante o segundo mandato de Vargas podemos citar a criação da Petrobras, cuja origem Fonseca (2004) demonstra que remontam à segunda metade da década de 1940, quando os novos rumos do desenvolvimento brasileiro eram o centro das discussões. No Congresso formado em 1945, conservador, a maioria dos parlamentares procurava apagar os traços autoritários do Estado Novo e revogar a legislação nacionalista do período. No que concerne à exploração mineral e do petróleo, a nova Carta admitia a participação de capitais privados estrangeiros, desde que integrados em empresas constituídas no Brasil.

Fonseca (2004) aponta que poucos meses depois, a reação nacionalista ganha corpo através das conferências realizadas no Clube Militar, que se tornam o estopim da Campanha do Petróleo, uma das maiores campanhas políticas da história brasileira. Famosa por seu slogan "O petróleo é nosso", em 1948 esta campanha passou a ser articulada pelo recém-criado Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, depois Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), que defendeu a tese do monopólio estatal em todas as fases da exploração.

Na Câmara, como demonstra Fonseca (2004) o Estatuto do Petróleo teve uma tramitação truncada, e acabou sendo arquivado. Na prática, Dutra desistiu dele ainda em 1948, ao pedir ao Congresso recursos para a construção das refinarias estatais de Mataripe (BA) e de Cubatão (SP), para a construção do oleoduto Santos-São Paulo e para a aquisição de uma frota nacional de petroleiros. Foi esse o quadro encontrado por Getúlio Vargas em janeiro de 1951. Para superar o impasse, em dezembro enviou ao Congresso projeto de lei propondo a criação do "Petróleo Brasileiro S.A." (Petrobras), empresa de economia mista com controle majoritário da União. Curiosamente, não estabelecia o monopólio estatal, uma das principais teses nacionalistas, permitindo, teoricamente, que até 1/10 das ações da empresa holding ficasse em mãos de estrangeiros.

Porém um impasse começou, pois, a UDN apresenta um projeto de lei cuja empresa continuava sendo mista, porém com rígido controle estatal. Diante desta situação aponta Fonseca (2004), Vargas optou finalmente pelo monopólio estatal, autorizando a abertura das negociações no Congresso. Aprovado na Câmara em setembro de 1952, o projeto da Petrobras foi então remetido ao Senado, onde alguns senadores se identificavam abertamente com os interesses privados, nacionais e estrangeiros. Em junho de 1953, o projeto retornou à Câmara

com 32 emendas – inclusive permitindo o completo controle pelo capital privado –, mas foram todas derrubadas na Câmara. Mas duas concessões foram feitas: a que confirmava as autorizações de funcionamento das refinarias privadas já existentes; e a que permitia a participação de empresas particulares, inclusive estrangeiras, na distribuição dos derivados de petróleo.

Em 3 de outubro de 1953, depois de intensa mobilização popular, Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a Petróleo Brasileiro S. A – Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição. Ao CNP caberia orientar e fiscalizar o monopólio da União, sendo reafirmada sua competência para supervisionar o abastecimento nacional do petróleo (D'ARAUJO,1985).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Entidade autárquica, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, o BNDE inicialmente esteve sob a jurisdição do Ministério da Fazenda. A postura diante da guerra da Coreia, por exemplo, mostra a ausência de “alinhamento automático” e, ao mesmo tempo, a aproximação a outros países via política externa visando obter benefícios. Apesar de, em abril de 1951, Truman solicitar a presença brasileira na guerra da Coreia, Getúlio contornou a situação sem enviar tropas. Vargas expôs que a posição oficial do governo brasileiro consistia em concordar com o combate ao comunismo feito pelos norte-americanos, porém, devido à precária situação econômica do país, não era possível juntar-se ao conflito armado. Como coloca Fonseca (2012), o Brasil concordava com os “objetivos maiores do bloco ocidental”, mas discordava dos meios, argumentando que era necessária a colaboração dos Estados Unidos aos programas de desenvolvimento econômico, de modo a evitar a propagação do ideário comunista. Vargas buscava, a exemplo da Segunda Guerra, aproveitar brechas e barganhar, visando obter benefícios em troca do alinhamento (Fonseca, 2012). Atrair o capital estrangeiro era considerado fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico, posto que não havia diferença de interesses entre o capital externo e a burguesia industrial.

Além disso, em todas as mensagens enviadas ao Congresso Nacional, de 1951 até 1954, o presidente ponderou a necessidade de atrair capital estrangeiro (Fonseca,2009). Segue abaixo trecho da mensagem de 1951:

“A carência de capitais nacionais, impossível de suprir-se sem sacrifício dos níveis de vida, reclama um crescente influxo de capitais estrangeiros. As condições institucionais do

País são favoráveis à atração de capitais estrangeiros. A Constituição de 1946 pode ser considerada das mais liberais no tratamento dispensado aos investimentos alienígenas (...). Entretanto, a entrada de capital de fontes privadas estrangeiras não tem correspondido às nossas expectativas.” (Vargas,1951).

A Comissão Mista Brasil - Estados Unidos é um dos grandes exemplos de associação com o setor externo, justamente por ser composta por técnicos brasileiros e americanos e por contar com financiamento externo vindo do Banco Mundial e do Eximbank. Mesmo após a criação do BNDE, a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos continuou funcionando, encerrando oficialmente suas atividades em 31 de janeiro de 1953. Seu relatório final concluía que as deficiências nas áreas de energia e transporte eram os maiores nós do crescimento do país. No Quadro 8 abaixo, apresenta-se os dados referente a PIB, inflação, balança de pagamento e balança comercial do período de 1950-1954.

Quadro 8 Indicadores macroeconômicos do Brasil, 1950-1954.

Ano	Inflação (IGP) %	Produto Interno Bruto (PIB) %	Balança comercial (milhões de US\$)	Balanco pagamentos (milhões de US\$)
1950	12,4	6,8	425	52
1951	12,3	4,9	68	-291
1952	12,7	7,3	-286	-615
1953	20,5	4,7	424	16
1954	25,9	7,8	148	-203

Fonte: Elaboração própria

Com esse cenário de instabilidade as políticas monetária e creditícia foram seriamente comprometidas devido a este cenário turbulento. Enquanto os meios de pagamentos e a emissão de moeda cresceram 19,1% e 19,7% no ano, respectivamente, o crédito concedido pelo Banco do Brasil aumentou em 36% com relação à 1952, puxados por empréstimos ao Tesouro Nacional (+ 89%) e aos bancos (+ 77%). Como não poderia ser diferente, a inflação medida pelo IGPDPI acumulou alta de 20,8% no ano de 1953 e apesar do pensamento ortodoxo da época explicar este aumento no nível de preços através do déficit público e, consequentemente, na expansão dos meios de pagamento, as desvalorizações cambiais produzidas pela Instrução 70 da SUMOC foram a razão principal. Apesar do bom desempenho da indústria (+ 8,7%), o PIB em 1953 cresceu apenas 4,7%, decorrente do pobre desempenho da agricultura (+0,2% em função da forte seca que assolou o Nordeste), e da queda nos investimentos devido à queda nas importações sob o novo regime cambial.

4.2 João Goulart: do Plano Trienal e as Reformas de Base

O início do governo João Goulart (1961-1964): se dá na ressaca do crescimento econômico do período anterior, pois com a recessão da economia iniciada em 1962, um surto inflacionário se generaliza pelo país. Singer (1984) aponta as causas da crise a partir do desequilíbrio no Balanço de Pagamento em função de todo endividamento externo contraído anteriormente, a pouca diversificação dos produtos exportados pelo Brasil e, sobretudo, a impossibilidade de diminuir a quantidade de importações brasileiras. Ademais o investimento realizado para a industrialização brasileira a partir dos cofres públicos trouxe um desequilíbrio no orçamento do Estado bem como impossibilitou mais injeção de capital estatal na economia para resolver a crise econômica e, por fim, a crescente luta dos trabalhadores elevou o padrão salarial dos mesmos, e a diminuição dos lucros dos capitalistas bem como estimulou a elevação dos preços das mercadorias.

Em um primeiro momento a política econômica foi marcada pela busca em conter a inflação e o impacto do crescente endividamento nas contas públicas. A ideia de João Goulart era realizar um projeto nacionalista de desenvolvimento, de conciliação de classes para desenvolver a burguesia nacional combinado com reformas sociais e concessões para os trabalhadores (TOLEDO, 1997).

O projeto de João Goulart era realizar um projeto nacionalista de desenvolvimento, mas ele só começou a tentar pôr em prática em 1963, depois do Plebiscito que decidiu pela volta do Presidencialismo. Neste momento foi lançado então o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, sendo este um plano econômico que misturava medidas econômicas monetaristas, para combater a inflação como recomendava o FMI na época, bem como, medidas econômicas estruturalistas.

Estas medidas eram a reforma agrária, bancária, e no aparelho administrativo. Este plano foi muito criticado pela esquerda da época porque não atacava diretamente os interesses dos setores conservadores latifundiários. Era um projeto que dependia da construção de um consenso entre os setores capitalistas e os trabalhadores. Pelas disputas citadas anteriormente Jango só consegue começar a pôr em prática em 1963, depois do Plebiscito que decidiu pela volta do Presidencialismo (TOLEDO, 1997).

Neste momento foi lançado então o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, sendo este um plano econômico que misturava medidas econômicas monetaristas, para combater a inflação como recomendava o FMI na época, com medidas econômicas estruturalistas. Estas medidas eram a reforma agrária, bancária, e no aparelho administrativo.

O Plano Trienal procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do final dos anos 50. Como reconheceu alguns setores de esquerda, o plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, na prática o plano pedia como o fazem todos os planos de “salvação nacional” que os trabalhadores (novamente) apertassem os cintos, nome de benefícios que viriam a obter a médio prazo. Os tradicionais apelos à “colaboração” e ao “patriotismo” da classe trabalhadora eram reiterados pelos formuladores do plano. (TOLEDO, 1997, p.34).

Este plano foi muito criticado pela esquerda da época porque não atacava diretamente os interesses dos setores conservadores latifundiários. Era um projeto que dependia da construção de um consenso entre os setores capitalistas e os trabalhadores. As críticas começaram logo já em fevereiro de 1963. Logo nos primeiros dias de fevereiro, o CGT difundia um manifesto em que se denunciava o “caráter reacionário” do plano de Furtado/Dantas. As críticas se aprofundaram a partir do momento em que as consequências da política de eliminação de subsídios ao trigo e ao petróleo começaram a ter efeitos sobre os aviltados orçamentos das classes populares. (Toledo, 1997, p. 34). Durante o governo de João Goulart a esquerda e o movimento operário viveram um período de intensa agitação e disputa dos rumos do país. O fortalecimento do movimento sindical nas cidades e das esquerdas ocorreu por anos e neste período existiu uma ideia que já havia chegado a hora do confronto. Neste período temos também o fortalecimento do movimento camponês, sobretudo no Nordeste, com a atuação das Ligas Camponesas dirigidas por Francisco Julião. A política passou a comportar a atuação de setores mais amplos da sociedade, como escreve Caio Navarro Toledo:

“não obstante as divergências de interpretação, as esquerdas concordam em geral, que, nos poucos meses da administração de Goulart, verificou-se para profundo desagrado de liberais e conservadores um avanço político e ideológico das classes populares e trabalhadoras sem precedentes da história social brasileira. A política começa a deixar de ser o privilégio do governo e do Parlamento para alcançar, de forma intensa, a fábrica, o campo, o quartel e as ruas”. (TOLEDO, p. 32).

Em dezembro, Carvalho Pinto afastou-se do cargo que, ao contrário do que era cogitado, não foi entregue a Brizola, mas sim a outro gaúcho, o moderado pessedista Nei Galvão. Sob a sua gestão foi finalmente regulamentada a Lei de Remessa de Lucros, que tramitara longamente no Congresso. Os termos da lei, que considerava como capital nacional

os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas, apenas corroboravam o clima de radicalização política e de insolvência econômica que marcaria o final do governo João Goulart. Entre os principais pontos do plano Trienal, podemos destacar:

- Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional de 7% ao ano
- Reduzir progressivamente a pressão inflacionária em 1963
- Alcançar uma taxa de inflação de 5 a 6% ao ano no terceiro ano de aplicação do Plano
- Política de câmbio orientada
- Garantia do estímulo das exportações
- Política de austeridade à expansão monetária
- Possibilidade de crescimento do crédito ao setor privado

Além do Plano Trienal, o Governo Goulart, foi marcado pela tentativa de implementação das reformas de base, entre elas estavam as reformas agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária. Com as Reformas de Base, Jango pretendia alterar as estruturas da sociedade brasileira baseada na concentração de terras, propriedades e rendas, basicamente, além de propor algumas alterações na participação política da população (FONSECA,2004).

A principal das Reformas de Base era a reforma agrária, que pretendia atacar a secular existência dos grandes latifúndios no país. Desde anos anteriores haviam sido formadas as Ligas Camponesas para poder realizar essa reforma agrária. O objetivo do governo era alterar a Constituição de 1946, que definia que as desapropriações de terras deveriam ser feitas mediante indenização, o que dificultava a realização da reforma. O objetivo de João Goulart e seus apoiadores era criar uma indenização a longo prazo, com pagamento feito com títulos da dívida pública (FONSECA,2004).

No espaço urbano, a reforma consistiria na criação de condições para que os inquilinos pudessem comprar as residências por eles alugadas, mediante a ação do Estado, e também como pagamento feito com títulos da dívida pública. Era uma tentativa de resposta aos anseios das classes trabalhadoras urbanas, que viram o aumento de suas rendas nos anos anteriores.

Tais medidas não foram aprovadas pelo Congresso Nacional em face dos interesses dos grupos conservadores do país em manter seu poder econômico, devido ao quadropolítico que era polarizado e contraditório. Se por um lado depois da crise da “Legalidade”, tivemos um presidente do PTB conhecido por ser nacionalista e reformista. Este mesmo, João Goulart, sob ao poder com o regime parlamentarista e com essa justificativa aplica uma política de “conciliação” formando um governo com o PSD. Neste período a polarização em torno do

debate das reformas de Base dividiu o espectro político em dois blocos antagônicos. Um bloco “pré-reformas” formado pela esquerda (PTB, PCB) e pelos movimentos sociais (CGT, UNE, Ligas Camponesas, etc.) e outro bloco político que articulava desde setores civis e militares que já articulavam o golpe de estado que originou a Ditadura Militar (TOLEDO,1997).

A gota d’água que faz transbordar a reação dos conspiradores foi o comício realizado no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil no Rio de Janeiro, em que o presidente da República João Goulart. Pressionado pelas esquerdas, decide abandonar sua posição oficial aparentemente indefinida e optar declaradamente pela implantação imediata pelas reformas preconizadas, através de decretos do executivo e de projetos a serem encaminhados ao Congresso Nacional. O governo ao declarar publicamente sua opção, de certo modo formaliza o confronto aberto com as forças conservadoras (BRUM,2008).

Este período da história brasileira é bastante discutido, emanando hipóteses de historiadores, sociólogos, militantes relevantes e necessárias para compreender a antessala do golpe militar. Entretanto, o que podemos ter certeza é que o grau atingido de dependência econômica brasileira aos capitais internacionais e os organismos de crédito internacional se converteu em dominação política.

Creio que o fulcro da problemática política instaurada naquele período e resolvida em 1964 pode ser resumido nos seguintes termos: um novo padrão de acumulação, contraditório com o modelo de crescimento econômico até então em vigor, instalara-se na ilharga do sistema econômico e passara a cobrar os seus direitos de cidadania política, com tal insistência que já não era mais possível ao Estado e aos demais interessados na questão, continuar protelando, à custa de sucessivos compromissos e das mais disparatadas acomodações, a decisão fundamental a ser tomada quanto a quem confiar o desempenho do papel hegemônico no interior do bloco do poder: se à coalizão nacional-populista, via implementação das reformas de base e radicalização da luta anti-imperialista; ou a coalizão internacional-modernizadora, via golpe de Estado e destruição do aparato nacional-populista (MARTINS, 1977).

Ingênuos aqueles que acreditaram que a burguesia brasileira seria aliada para as reformas democrático-burguesas, pois não viram que a condição desta como sócia menor dos capitais multinacionais, levou estes mesmos a barrar – de qualquer forma – o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro de forma independente. Usando até mesmo “a ponta do fuzil” para mais uma vez aprofundar a dependência e a subserviência do Brasil aos interesses imperialistas dos EUA (TOLEDO, 1997).

Este período da história brasileira é bastante discutido, emanando hipóteses de historiadores, sociólogos, militantes relevantes e necessárias para compreender a antessala do golpe militar. Entretanto, como aponta Toledo (1997) o que podemos ter certeza é que o grau atingido de dependência econômica brasileira aos capitais internacionais e os organismos de crédito internacional se converteu em dominação política. Ingênuos aqueles que acreditaram que a burguesia brasileira seria aliada para as reformas democrático-burguesas, pois não viram que a condição desta como sócia menor dos capitais multinacionais, levou estes mesmos a barrar – de qualquer forma – o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro de forma independente. Usando até mesmo “a ponta do fuzil” para mais uma vez aprofundar a dependência e a subserviência do Brasil aos interesses imperialistas dos EUA.

Isto em um quadro em que a chamada “modernização conservadora” trouxe crescimento econômico e também um certo engrandecimento do Brasil no cenário internacional, inclusive no sentido de durante os anos 1970, os governos da Ditadura brasileira esboçaram uma política externa que entrou em pontos de conflito com os interesses políticos dos EUA.

4.3 Análise dos modelos nacional desenvolvimentistas

A análise da política econômica dos modelos em pauta, consagradas na literatura como de governos "populistas", a qual, tendo por base o dilema governamental entre baixar a inflação e acelerar o crescimento, simula a interação entre governo e setor privado como um jogo repetido, não-cooperativo, de informação incompleta e de duração finita.

Os modelos analisados, detecta-se nitidamente a sucessão de três fases. Conquanto a delimitação de cada uma destas possa ser tema controverso, parece indiscutível que a primeira fase de cada conjuntura começou com a defesa da necessidade da política de estabilização, todavia sem dispensar, no plano retórico, a necessidade do desenvolvimento no longo prazo.

Neste sentido, o modelo analisado verificou-se que tanto a equipe econômica como a chefia do Executivo adotaram um discurso em defesa da austeridade, procurando convencer os agentes econômicos de que a mesma se tratava de uma prioridade. Não é razoável afirmar, portanto, que segundo Fonseca (2004) os governos "populistas" são incapazes de incorporar um discurso ou uma prática pró-estabilidade, já que esta recorrência à ortodoxia não só é detectável no plano retórico, mas também na condução efetiva da política econômica, o que ocorreu na fase inicial das três conjunturas se verificou, na sequência, é a incapacidade de estes governos manterem essa opção, talvez pela própria vulnerabilidade de

sua base de sustentação política, principalmente nos momentos de crise, como nos governos de Vargas e Goulart analisados. Em todos os casos houve uma fase de randomização ou de políticas oscilatórias, tipo *stop and go*, que dentre outras interpretações pode sugerir que os próprios governos não estavam dispostos, frente às primeiras pressões, a abrir mão da proposta estabilização esposada inicialmente. Assim, foram cedendo com políticas pontuais de crescimento e de afrouxamento de metas sem imediatamente abandonar uma perspectiva de estabilização, parece que buscando compatibilizá-las - tentativa, ademais, infrutífera, pois com este procedimento sinalizavam aos agentes econômicos e aos grupos de pressão que eram sensíveis às demandas ou incapazes de contorná-las. Em outras palavras, demonstravam sua incapacidade e fraqueza na condução da política econômica, o que criava ambiente propício para o recrudescimento da inflação e para fragmentar e fragilizar ainda mais sua base de sustentação política, forçando-os que apressassem o ingresso em uma terceira fase, de prioridade pelo crescimento mesmo que às custas de inflação mais elevada.

Ambos os governos sofreram enorme pressão da oposição, devido a alta da inflação e a instabilidade econômica. Com Vargas no poder, havia-se o temor dele aplicar um novo golpe para se manter no poder, e a oposição não queria ficar novamente submetida a seu poder. Vargas ao mesmo tempo em que realizava discursos nacionalista, para desenvolver a indústria nacional e o desenvolvimento dos demais setores, mantinha um contato grande com os investidores estrangeiros, ao qual recorria atrás de financiamento para desenvolver setores como transporte, energia e outros. Vargas tinha ainda um apelo populista muito grande, e conseguia atrair principalmente as classes mais baixas para obter apoio.

Goulart também teve um governo muito complicado e com uma oposição enorme por ser considerado “comunista”. Ele não tinha o carisma que Vargas possuía, porém, seu modelo de governo se aproximava muito com o de Vargas, destacando pelas decisões econômicas, com objetivos parecidos. O diferencial foi a apresentação do projeto de Reforma de base, que juntamente com o plano Trienal, poderia ter alçado o Brasil a outros patamares.

No Quadro 9, temos os comparativos dos projetos nacional desenvolvimentistas dos Governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de João Goulart (1961-1964), apontando as principais medidas e os objetivos adotadas em seus respectivos governos.

Quadro 9 - Principais medidas adotadas nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e João Goulart, no Brasil (1961-1964).

Medidas no Governo Getúlio Vargas (1951-1954)	Medidas no governo João Goulart (1961-1964)
--	--

Implantação das indústrias de base com apoio estatal	Reforma política/eleitoral
Expansão creditícia do Banco do Brasil.	Reforma administrativa
Instituição da instrução 70 da SUMOC.	Reforma urbana
Aumento salário mínimo	Reforma educacional
Instituição da CMBEU	Reforma agrária
Criação do BNDE	Plano trienal
Instituição do Plano Nacional de Reparcelamento Econômico	Controle inflação
Reforço do papel da empresa pública.	Estabilização econômica
Criação de comissões como: Comissão Nacional de Política Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, Comissão Nacional do Bem-Estar, além de comissões especiais para a Educação, Abastecimento e Preços, Alimentação e Carvão	Crescimento PIB
Criação da Petrobras	Maior intervenção estatal na economia
Ampliação das competências dos órgãos já existentes: nas áreas de comércio exterior, política monetária e creditícia	Estatização de empresas estrangeiras, e controle das remessas de lucro
Intervenção na economia	Tornar o Estado um eixo articulador entre a burguesia nacional e o movimento de trabalhadores
Combate ao aumento da inflação	Reforma tributária
Estabilização econômica e política	Distribuição de renda
Financiamento externo para políticas de desenvolvimento	Financiamento externo e renegociação da dívida externa

Fonte: Elaboração própria

No quadro 10, apresentado abaixo se demonstra alguns motivos que levaram ao fracasso e a falha da implantação dos modelos nacional desenvolvimentistas.

Quadro 10–Motivos que levaram ao fracasso no Brasil dos Governo Vargas 1951-1954 e Governo João Goulart 1961-1964.

Governo Getúlio Vargas (1951-1954)	Governo João Goulart (1961-1964)
Aumento da inflação	Aumento da inflação
Falta de financiamento externo	Baixo crescimento econômico
Desinteresse dos industriais nacionais em investimentos	Falta de financiamento externo

Queda no preço do café	Política externa independente
Pressão da oposição, imprensa	Forte oposição no congresso
Aumento da dívida externa	Forte oposição da esquerda
Crise cambial	Aumento da dívida externa
Descontrole dos gastos públicos	Nacionalização de empresas estrangeiras e controle de remessa de lucro

Fonte: Elaboração própria.

Ainda segundo Fonseca (2004) na tentativa de sumarizar interpretações tão díspares na literatura sobre a política econômica destes governos, pode-se propor que os diversos autores, ao reconstituírem cada conjuntura, enfatizaram aspectos peculiares a cada uma das fases e, ao que tudo indica, generalizaram-na para seu conjunto, em busca de uma formulação mais abrangente. Desta forma, os que consideraram os governos analisados como ortodoxos respaldaram suas teses sobretudo em evidências empíricas encontradas na primeira fase; os que enfatizaram o caráter errático e irracional das políticas, certamente encontraram evidências na segunda fase, de randomização; e os que enfatizaram o caráter nacionalista e desenvolvimentista, na terceira e última fase. Mas pode-se concluir que a denominação de "política econômica populista" não pode ser reduzida a nenhuma delas, e que cada fase isolada é incapaz de ajudar no entendimento de fenômeno tão complexo. O populismo, por seguinte, pode ser mais bem entendido ao ter-se presente este padrão repetitivo, verificável nas três fases de cada conjuntura; é na evolução e no desenrolar dos acontecimentos, ou seja, no movimento que pode ser simplifadamente modelado na interação entre o governo e demais agentes, que se pode com mais precisão detectar uma lógica na condução da política econômica que se poderia denominar populista, à luz de experiências concretas historicamente determinadas.

4.4 Síntese do nacional desenvolvimentismo dos Governos Getúlio Vargas (1951-1954) e do Governo João Goulart (1961-1964).

O projeto para o país do segundo governo de Getúlio Vargas foi pautado pelo ideário do nacional-desenvolvimentismo, principalmente a defesa da intervenção do Estado em áreas consideradas de interesse nacional. As indústrias e aquelas atividades vinculadas à diversificação do mercado interno receberam atenção especial (Fonseca,2012). Para executar seus programas de industrialização, Getúlio concentrou-os em duas instâncias: o Ministério da Fazenda e a Assessoria Econômica — esta última, uma equipe à parte organizada pelo advogado e economista Rômulo de Almeida, a pedido do presidente.

Diferente da composição político-partidária que marcou a escolha de seu Ministério, a Assessoria Econômica reuniu nomes como o economista Inácio Rangel e o sociólogo Jesus Soares Pereira. Em comum, tinham o compromisso com uma política de desenvolvimento nacional independente, pelo menos nos setores de infraestrutura. Getúlio Vargas situou a assessoria ao alcance da mão: no primeiro piso do palácio do Catete, em cuja sala varavam a noite trabalhando, sendo por isso chamados de “boêmios cívicos” pelo presidente (Fonseca,2012). Dessas noitadas, derivaram planos síntese do ideário nacional-desenvolvimentista varguista, como a criação da Petrobrás e da Eletrobrás, e todos acompanhados por uma reforma fiscal que possibilitasse a alocação de fundos para sua execução.

Executar o país projetado por Getúlio Vargas envolvia custos políticos consideráveis. Suas medidas entravam em choque com empresas estrangeiras, com interesses locais, industriais e financeiros, associados ou em vias de se associar ao capital internacional e com os poderosos proprietários de terras que permaneciam politicamente ativos em suas regiões(Moreira,2011).Todos esses grupos combatiam um Estado regulador do mercado, concentrador de riquezas e favorável à adoção de políticas de contenção do capital estrangeiro em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

A defesa de reformas estruturais tornou-se uma das principais bandeiras de luta do governo de João Goulart e das forças nacionalistas e de esquerda, assumindo sua forma política definitiva nas Reformas de Base. Esse programa, que atingia a base de sustentação do poder na República, tinha viés distributivo de renda e vocação socialmente inclusiva. A reforma agrária, por exemplo, avançava sobre o latifúndio e impactava a produção e a renda do campo. A reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária. A reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob controle do Estado. A reforma eleitoral poderia alterar definitivamente o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto ao analfabeto, cerca de 60% da população adulta, e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista (Prado ,2013). A reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico. A reforma universitária acabava com a cátedra e reorientava o eixo do ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais.

Nota-se que tanto Vargas quanto Goulart, buscaram realizar reformas para atender a classe trabalhista, que estava se organizando e exigindo direitos que iam contra as estruturas de poder da época estudada. Visando reformas estruturais, ambos os governos, enfrentaram

uma série de crises econômicas e políticas, que impactaram diretamente em seus projetos nacionais desenvolvimentistas, e que até hoje trazem consequências desastrosas para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da trajetória do governo de Vargas e Goulart, observando os acontecimentos políticos e econômicos, e a tentativa de implantar modelos nacionalistas de desenvolvimento, pode-se, nas próximas linhas, tentar responder a indagação que foi objeto de estudo desta

monografia.

Vargas sempre foi um estrategista, no sentido de que somente fazia concessões ao capital internacional em troca de algo que considerava importante para a nação, pois sabia que uma internacionalização extrema reservaria efeitos debilitantes para o futuro do país. Seus discursos presidenciais permitem afirmar que “a ausência de capitais externos se constituía um dos principais gargalos do desenvolvimento industrial da chamada ‘Era Vargas’ [...] Daí falar-se em nacionalismo possível” (Fonseca,1989, p.426). Vargas concebe instituição de uma estratégia nacional de desenvolvimento em um país periférico como realmente um “alvo móvel” e ser perseguido, e sua possibilidade é condicionada pelos obstáculos externos que adquirem novas formas de acordo com o processo histórico. Nesse contexto, o presidente suicida entendeu que a permanente busca pela internalização dos centros de decisão é a essência de uma estratégia de desenvolvimento.

Logo depois da sua posse, Vargas leva ao Congresso Nacional um plano sistematizado e coordenado, o Nacional-Desenvolvimentismo, para implantação em um só golpe das indústrias de base no Brasil, tendo como carros-chefes do referido projeto o setor de energia, transportes, comunicações e infraestrutura. Na esfera institucional, Vargas implementou um novo tipo de neocorporativismo, a fim de capacitar o Estado brasileiro para a árdua tarefa de comandar o processo de industrialização pesada e instalação de novos setores industriais, bem como delegou a empresa estatal a responsabilidade por inocular, comandar e gerenciar os investimentos nos setores supracitados. No plano econômico, Vargas tentou conciliar o projeto de industrialização acelerada no longo prazo com forte apoio estatal, financiado principalmente por recursos externos oriundos de instituições financeiras internacionais e por uma agência estatal de fomento o BNDE, com um plano de estabilização no curto prazo balizado por políticas ortodoxas e restritivas.

Diante da relutância dos EUA em auxiliar o projeto varguista em face de sua política pró-europeia para fazer frente ao avanço do comunismo naquele Continente, Vargas não obteve a ajuda financeira necessária para consolidar o seu projeto de combate à inflação com desenvolvimento industrial. Com a ascensão republicana ao poder naquele país, as chances de ajuda econômica internacional se esvaíram, fazendo com que o Governo Vargas abandonasse paulatinamente o seu intento, voltando a dedicar ao objetivo de alcançar a estabilidade econômica, sem, no entanto, deixar de apostar na industrialização do país.

Diante de um discurso nacionalista Vargas, centrou-se na defesa da instalação de indústrias de base de forma a privilegiar o capital de origem nacional. Frente à incapacidade do capital privado nacional de assumir esta tarefa, coube ao Estado Nacional, na forma de

empresas estatais, a missão de instalar no país o setor de máquinas pesadas e insumos estratégicos, a fim de garantir internamente a reprodução do processo de acumulação do capital, o que para Vargas significava a conquista da nossa “emancipação econômica”.

No tocante ao papel dado ao capital externo durante o regime democrático, conforme Vargas havia defendido nos períodos antecedentes, o capital internacional era bem-vindo e aceito, seja através de empréstimos ou de investimentos diretos, desde que em posição subordinada aos interesses estratégicos nacionais. Quanto ao papel do Estado neste projeto, este se manteve como protagonista e incentivador da industrialização, sua missão sobrepujou a simples criação das bases institucionais e legais para o fomento à industrialização, passando este a atuar diretamente nos instrumentos de política econômica: juros, crédito, política fiscal e cambial, bem como no desbravamento de novos setores industriais à economia nacional.

Devido às fortes críticas da oposição, sucedendo-se aos escândalos de corrupção envolvendo membros do seu governo e a crescente crise econômica que o País passava, Vargas passa a ser pressionado por sua política nacionalista-trabalhista e no dia 24/8/1954, suicida-se. No trecho destacado, de sua carta testamento, Vargas deixa claro qual era o seu sonho para o Brasil:

“Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”. (Vargas 1954, carta de testamento)

Com o final do governo de Jânio Quadros instala-se no país uma crise política que vai desde a tentativa de veto a posse de João Goulart até o Golpe Civil-Militar, passando pela adoção do regime Parlamentarista e, até mesmo, a inviabilidade do Plano Trienal.

Finalmente quando Jango assume o governo em setembro de 1961, depois de um ensaio de veto por parte dos militares e uma possível guerra civil impõe-se a ele um governo Parlamentarista, no qual não teria influência nas decisões governamentais. Neste cenário, a crise política influencia em todos os setores da sociedade e economia. Os gabinetes parlamentaristas não conseguiram implantar um programa de governo e desenvolver uma política de estabilização contínua para controlar a inflação e melhorar as contas nacionais, sendo o principal objetivo dos primeiros-ministros e do presidente, o plebiscito que seria realizado para definir o regime de governo e para o qual havia intensa campanha.

Após o plebiscito e com um governo presidencialista legitimado em janeiro de 1963, Goulart concentra-se em medidas adotadas pela esquerda moderada, procurando estabilizar

para depois crescer, mas sem conceber atitudes de caráter extremo. Com o Plano Trienal já elaborado por Celso Furtado, Goulart aborda políticas de estabilização para a economia e propõe-se a implantar as reformas de base (agrária, política, administrativa, financeira, educacional, entre outras), conciliando crescimento econômico com desenvolvimento estrutural, modificando as estruturas arcaicas que imperavam no País na época.

Com um projeto de estabilização e crescimento econômico o Plano Trienal representava um grande avanço no que diz a respeito do planejamento estatal, porém a falta de financiamento externo e a grande oposição das classes políticas e conservadoras, fizeram que o plano fosse um fracasso total. Além da situação crítica da economia, o Governo de Goulart, foi marcado por uma grande instabilidade política, começando com o impedimento de sua posse, logo após a renúncia de Jânio Quadros, e marcado principalmente pelos acontecimentos articulados por interesses conservadores internos e externos, que levaram ao golpe de Estado e implantação do regime militar no país, em abril de 1964.

Nota-se que ambos os projetos nacionais desenvolvimentistas (Vargas e Goulart), partilhavam da procura por desejo de menor dependência com o exterior, por modificar a estrutura produtiva doméstica, sobretudo com o desenvolvimento da indústria de base nacional. Para tanto, o Estado teria forte participação e controle dos investimentos em áreas de seu interesse. Ambos os projetos enfrentaram forte oposição interna, pois eram medidas que iriam contra as classes dominantes na época, pois além das mudanças econômicas, havia as mudanças estruturais que impactavam a sociedade da época. Assim como, havia interesses externos do capital em se responsabilizar por atividades domésticas, que nos projetos seriam do estado e do capital nacional. Tanto é verdade tal afirmação que no governo JK, o capital multinacional foi grande protagonista do desenvolvimento, bem como veio a constituir nos governos militares que sucederam a partir de 1964.

Como consequência da não implantação dos planos estudados, tem-se hoje, passados pouco mais de 5 décadas, um país com elevada desigualdades de renda, forte disparidade no desenvolvimento regional, nível educacional precário, sistema de saúde excludente, entre outros requerimentos e regido por dependências, que se expressam de várias formas. Hoje, o país depara com dependências produtivas, tecnológicas, comercial e financeira internacional, limitando qualquer constituição do desenvolvimento de forma mais autônoma, maior independência e regido segundo os interesses nacionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de P. et al. (Ed.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Ed. Campus, 1990.

ABREU, Alzira A. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: **João Goulart: entre a memória e a história**, FERREIRA, Marieta de M. (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALMEIDA, Mario A. **A política econômica do governo João Goulart: Restrições estruturais e vetos políticos**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2010.

ALMEIDA, Rômulo. Política econômica do segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui Guilherme (Org). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 125-140.

AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização no Brasil (1955-2004): uma abordagem evolucionária**. Porto Alegre: tese de doutorado – UFRGS, 2009.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth et al. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. **Revista Economia**, v. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.

BANDEIRA, M. O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional. In: **1964: visões críticas do Golpe**, TOLEDO, Caio N. (org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

BENEVIDES, Maria V. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENEVIDES, Maria V. **1964: um golpe de classe?** LuaNova, n. 58, CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, Brasil, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. O ciclo ideológico e as origens do desenvolvimentismo: 1930/45. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Cap. 1, p. 280-302

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Revisada e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Marcos Egídio. **"Getúlio Vargas, estado e desenvolvimento."** (2011). UFSC.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas (1951-1954):** democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962]. Edição atualizada. 372p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart eo Golpe de 1964:** da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *Grafia*, v. 9, p. 175-191, 2012.

DIETERICH, Heinz. **Novo Guia para a Pesquisa Científica.** Blumenau: Editora da Furb, 1999.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses:** Estado e industrialização no Brasil 1930/1960. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DREIFUSS, Rene. **1964: a conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Brasil em perspectiva.** 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 227-255. (Corpo e Alma Brasil).

FONSECA, Pedro C. Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção 1906-1954.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Nacionalismo e economia: O segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Org). **História econômica do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Hucitec, 1997. Cap. 1, p. 17-29.

_____. Vargas no contexto da Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui Guilherme (Org). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 171-192.

_____. **Nem ortodoxia nem populismo:** O Segundo Governo Vargas e a economiabrasileira. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 02, p.19-60, jul. 2009.

_____. **O mito do populismo econômico de Vargas.** *Rev. de Econ. Polít.* São Paulo, v. 31, n.01, p.56-76, mar. 2011. Trimestral.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra, and Pedro Paulo Zahluth BASTOS. **"A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade."** São Paulo: UNESP (2012): 51-68.

FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 7-45, jul. 1952. ISSN 0034-7140

GAVIÃO, Leandro; ROSA, Rafael Sales. **De João Goulart a Castello:** O golpe civil-militar e suas repercussões na política externa brasileira (1961-67). *Cadernos do Tempo Presente*, n. 20, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUDDLE, Donald L. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: diretrizes políticas e história, 1946-1954. **Revista Brasileira de Economia**, v. 18, n. 1, p. 5-40, 1964.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso**. Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1988.

MALAN, Pedro; BONELLI, Régis; ABREU Marcelo de Paiva; PEREIRA, José Eduardo Carvalho. **Política econômica externa e industrialização no Brasil: 1939 – 1952**. Rio de Janeiro: IPEA/INPE, 1986.

MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

MESQUITA, M. **1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart**. Dissertação de Mestrado – PUC/RJ. Rio de Janeiro, 1992.

MENSAGEM Presidencial ao Congresso Nacional, 1951.

MIRANDA, José C. R. **O Plano Trienal: o canto do cisne nacional-desenvolvimentista**. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. Campinas, 1979.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. 2011.

Munteal Filho, Oswaldo, Jacqueline Ventapane, and Adriano de Freixo. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Editora PUC Rio, 2006.
Neto, Lira. **Getúlio (1945-1954): da volta pela consagração popular ao suicídio**. Editora Companhia das Letras, 2014.

PRADO, Caroline. **“Avaliação econômica e política da economia brasileira de 1961-1964: O alcance e os limites dos governos Jânio e Jango.”** (2013). UFSC.

PRADO, Carolina; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. **50 anos de Golpe de estado no Brasil: Análise das trajetórias políticas e econômicas constitutivas que levaram ao regime ditatorial no país. Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 4, n. 4, 2014.

RANGEL, Ignácio. **Desenvolvimento e projeto**. Tip. Brasil, 1957.

RUBIATTI, Bruno. **Relação entre o Executivo e o Legislativo no período Parlamentarista no Brasil**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 1999.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. In: Fausto, Boris. **Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano**. 4 vol. Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: Difel, 1984.

SILVA, Ricardo. Política e política econômica na crise do início dos anos sessenta: o Plano Trienal de Desenvolvimento econômico e social (1963-1965). Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – São Paulo, 1992.

SILVA, Ricardo. **Ideologia de Estado e Autoritarismo no Brasil**. Cadernos de Pesquisa: PPGSP/UFSC, Florianópolis, n. 26, p.1-30, abr. 2001. Semestral

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Nilson A. de. Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula. In: SOUZA, Nilson de A. de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TOLEDO, Caio N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

VARGAS, Getúlio. **O governo trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.4v

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva 1998.

VIANNA, Sergio Besserman. **A Política Econômica no Segundo Governo Vargas**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1994. p24-36. 13p

